



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

PROCESSO CADASTRAL
NO SAPIENS



PROCESSO
23074.018828/2017-11

Cadastrado em 24/03/2017



Processo disponível para recebimento com
código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):

RICARDO ROMAO GUERRA

E-mail:

ricardo@cca.ufpb.br

Identificador:

1722417

Assunto do Processo:

995 - PEDIDOS, OFERCIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS

Assunto Detalhado:

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA PERMISSIONÁRIOS NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS,
CAMPUS II, UFPB

Unidade de Origem:

CCA - DIREÇÃO DE CENTRO (11.01.36.01)

Criado Por:

RICARDO ROMAO GUERRA

Observação:

-

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
24/03/2017	PU - GABINETE DO PREFEITO (11.00.39.13)		

RECEIVED
NOV 20 1964



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Agrárias
Campus II Areia - PB
Gabinete da Diretoria



MEMO nº 051/17/DIR/CCA/UFPB

Areia (PB), 21 de março de 2017

Prezado Pró-Reitor João Marcelo,

A fim de legalizar os permissionários: Reprografia, Lanchonete e Food Trucks, no Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba, pedimos que sejam abertos processos de licitação pela Prefeitura Universitária para atender as seguintes demandas:

- 1-Reprografia;
- 2-Lanchonetes;
- 3-Food Trucks.

Abaixo será exposto a demanda e área para cada um dos itens acima expostos:

1-Reprografia

Para tal concessão serão destinadas duas áreas a ser preenchida pela mesma empresa. A primeira área se encontra na Vila Acadêmica do CCA, perto do Restaurante Universitário, e no mesmo prédio da ADUFPB. A segunda área se encontra dentro da Biblioteca Setorial do CCA.

1.1. Primeira Área

A mesma apresenta 6,4 x 3,5 m, com altura de 2,4 m, além de contar com um banheiro com 2,0 m². Imagens abaixo:

EM BRANCO



2.2. Segunda Área

A mesma apresenta 3,0 x 1,9 m. Imagens abaixo:

Centro de Ciências Agrárias da UFPB
Campus II Cidade Universitária
58397-000 Areia - PB

Pabx: (83) 3362-1700
Tel: (83) 3362-2218

Home Page: <http://cca.ufpb.br>
E-mail: diretoria@cca.ufpb.br

80 anos a serviço das Ciências Agrárias



EM BRANCO



2. Lanchonetes

Serão destinadas duas áreas para implantação de lanchonetes com estrutura física permanente (outras concessões serão dadas para Food Trucks). Sendo uma em uma estrutura física já existente e outra na qual quem ganhar a concessão terá que arcar com a construção do espaço físico.

2.1 Lanchonte do Centro Acadêmico

A área destinada para a licitação da lanchonete na qual já há a estrutura física construída, fica no prédio dos Centros Acadêmicos do CCA, ao lado do Restaurante Universitário e perto dos Alojamentos. A área apresenta 4 x 2,5 metros.

Imagem da área:

12



EM BRANCO





2.2 Lanchonete do Prédio Central

A segunda área destinada para licitação de lanchonete, fica no jardim do Prédio Central do CCA, ou seja, entre o Prédio onde se encontra toda atividade administrativa do Campus e o Setor Pessoal. Ao lado se encontra também o Prédio do Departamento de Solos e Engenharia Rural e o Programa de Pós-Graduação em Ciências dos Solos.

Para esta licitação espera-se que a empresa arque com a construção da estrutura física seguindo o modelo permitido pela Instituição ficando com a concessão por 05 anos, ou por tempo que a Prefeitura Universitária ache mais conveniente conforme modelo de concessão utilizada.

Imagens da Área:



EM BRANCO



3. Food Trucks

Devido as grandes dimensões do CCA, que engloba além da extensão física, um grande número de docentes, aproximadamente 125; de servidores técnico administrativos, aproximadamente 168; de servidores terceirizados, mais de 100; e de discentes, aproximadamente 1700, pretende se também abrir licitações para Food Trucks, com concessões de até 4 anos ou por tempo que a Prefeitura Universitária ache mais conveniente conforme modelo de concessão utilizado.

Os Food Trucks ficariam alojados em 4 áreas distintas do CCA, abrangendo as diferentes áreas de concentração de pessoal no Centro. Sendo as áreas descritas abaixo:

3.1. Departamento de Ciências Biológicas e Departamento de Fitotecnia e Ciências Ambientais

Essa área destinada a um Food Truck fica entre os Departamentos de Ciências Biológicas e Departamento de Fitotecnia e Ciências Ambientais. A frente ainda se encontram o Setor de Transporte e a Fitossanidade e ao lado a Central de Aulas do Departamento de Fitotecnia e Ciências Ambientais.

Imagem abaixo:



EM BRANCO



3.2. Hospital Veterinário

Essa área destinada a um Food Truck fica ao lado do Hospital Veterinário do CCA. O qual possui grande casuística de atendimentos veterinários de animais da cidade de Areia e da região, além de conter salas de aulas onde ocorrem aulas teóricas do curso de Medicina Veterinária e as aulas práticas dos cursos de Medicina Veterinária e algumas da Zootecnia. Do outro lado da área destinada ao Food Truck se encontra o prédio dos Docentes do Departamento de Ciências Veterinárias e a Estação Meteorológica do CCA.

Imagem abaixo:



EM BRANCO



3.3. Prédio da Mata

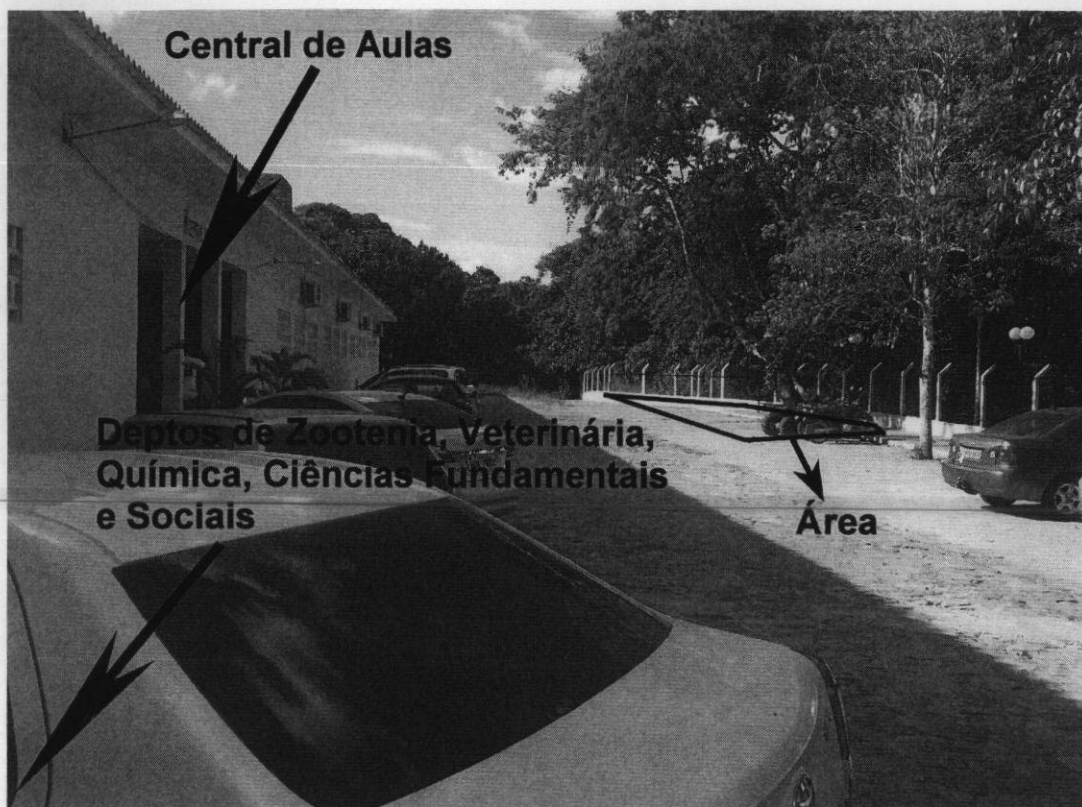
Essa área destinada a um Food Truck fica em frente à Central de Aulas do CCA. A mesma é composta por 13 salas de aula, ficando perto dos Departamentos de Zootecnia, Ciências Veterinárias, Química e Ciências Fundamentais e Sociais.

Imagem abaixo:



40
28

EM BRANCO



Para quaisquer incremento de dados, fotos ou informações, por favor, entrar em contato para que seja providenciado o mais rápido possível.

Desde já agradecemos a atenção prestada e reiteremos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Ricardo Romão Guerra
Vice-Diretor do CCA/UFPB

A
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
JOÃO PESSOA - UFPB

Centro de Ciências Agrárias da UFPB
Campus II Cidade Universitária
58397-000 Areia - PB

Pabx: (83) 3362-1700
Tel: (83) 3362-2218

Home Page: <http://cca.ufpb.br>
E-mail: diretoria@cca.ufpb.br

80 anos a serviço das Ciências Agrárias



EM BRANCO



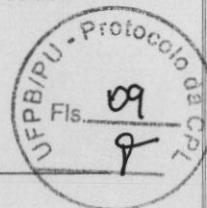
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Prefeitura Universitária
Gabinete do Prefeito
Assessoria do Prefeito



FOLHA DE DESPACHO
PROCESSO 23074.018828/2017-11

João Pessoa, 9 de maio de 2017

Ao: Prefeito Universitário
Prof. João Marcelo Alves Macêdo



Prezado Prefeito,

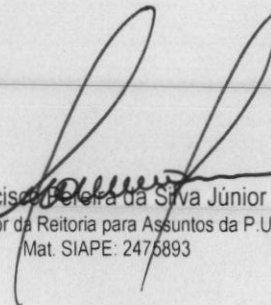
O presente processo trata de solicitação de realização de procedimento licitatório para Cessão de Uso dos espaços públicos destinados a implantação de Lanchonetes e Reprografias no campus II – Areia/PB – da UFPB, de forma que encaminho em anexo o termo de referência e minuta do Edital de Licitação da Cessão de Uso de espaço destinados à exploração de Lanchonetes e Reprografias no Campus II – Areia/PB - para apreciação de V.S. e dar os devidos encaminhamentos.

Informo ainda que os arquivos editáveis estão anexados ao presente processo em mídia digital em unidade de CD-ROM, bem como cópia do relatório de avaliação dos valores de referência das diversas unidades.

Caso haja anuência pela continuidade do presente certame, solicito que aprove a minuta do presente edital e termo de referência, de modo a encaminhar o presente processo à CPL/PU para obtenção do número sequencial do procedimento licitatório, conclusa tal etapa remeter à Procuradoria Jurídica para análise e emissão de parecer.

Em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Cordialmente.


Francisco Pereira da Silva Júnior
Assessor da Reitoria para Assuntos da P.U.
Mat. SIAPE: 2476893



UFPB/PU/GP
CAMPUS I – JOÃO PESSOA/PB - ☎ 3216-7614



EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº XXX/2017

A **UNIÃO**, por intermédio da **PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**, através de seu Pregoeiro, instituído pela PORTARIA/UFPB/PU nº XXX/201X, de XX de XXXXXXXXXX de 201X, e pela PORTARIA R/GR/ nº XXX/XXXX, de XX de XXXXXXXXXX de 201X, comunica aos interessados que devidamente autorizado pelo Sr. Ordenador de Despesas nos autos do processo em referência fará realizar licitação por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação - INTERNET, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR OFERTA**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como dos Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e nº 3.784, de 06 de abril de 2001, e suas alterações, 5.450 de 31 de maio de 2005, das Instruções Normativas/MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 e nº 01, de 17 de maio de 2001, e pelas cláusulas e condições constantes deste edital e, subsidiariamente, pelas normas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo Decreto nº 8.538 de 06 outubro de 2015.

Processo Administrativo: 23074.018828/2017-11.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado, far-se-á a abertura da Sessão Pública do Pregão, por meio de sistema eletrônico:

Data: XX/XX/XXXX.

Horário de Brasília – DF: XXhXXmin.

Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br – UASG 153066

As propostas deverão ser encaminhadas através do endereço eletrônico até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.



DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a outorga a título precário de **CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa**, visando à instalação de **LANCHONETES e REPROGRAFIAS**, nas condições apresentadas no Termo de Referência, nas dependências do campus II da UFPB nas dependências do **CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA** com áreas de ocupação conforme descrito na tabela abaixo, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência.

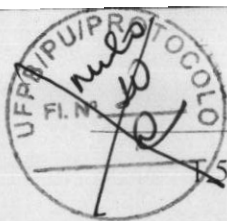
Item	Tipo	Local	Área (m2)
1	Lanchonete	CCA – Cantina 01 – Centros Acadêmicos CCA	10,00
2	Lanchonete	CCA – Food Truck 1 – Dep. Ciências Biológicas e Dep. de Fitotecnia e Ciências Ambientais	13,86
3	Lanchonete	CCA – Food Truck 2 – Hospital Veterinário	13,86
4	Lanchonete	CCA – Food Truck 3 – Prédio da Mata	13,86
5	Reprografia	CCA – Reprografia 01 – Vila Acadêmica	24,40
6	Reprografia	CCA – Reprografia 02 – Biblioteca Setorial CCA	5,70

1.2 **Para as Lanchonetes e food truck**, o Cessionário da lanchonete deverá fornecer lanches (salgados, sanduíches, cafés e sucos, biscoitos, chocolates, refrigerantes, etc.), bem como serviço de refeições rápidas (fast-food) e opcionalmente o serviço de refeição *self service* ou *à la carte*, conforme disposição física e sanitárias dos ambientes que possam permitir este tipo de exploração comercial, devendo para isso proceder com toda regulamentação da exploração comercial que optar realizar.

1.3 **Para as Reprografias**, o Cessionário da Reprografia deverá prestar serviços de reprografia e gráficos em geral, devendo para isso proceder com toda regulamentação da exploração comercial que optar por realizar.

1.4 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, “SIASG”, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

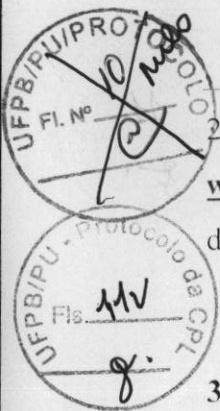
1.5 Constituem anexos a este edital, dele fazendo parte integrante:



- 1.5.1 Anexo I: Termo de Referência;
- 1.5.2 Anexo II: Declarações (Declaração de ME e EPP; Declaração de concordância de todos os termos da licitação; Declaração de fatos impeditivos; Declaração de Menor; Declaração de Elaboração Independente de Proposta);
- 1.5.3 Anexo III: Minuta do Termo de Cessão de Uso;
- 1.5.4 Anexo IV: Modelo de Carta-Proposta;
- 1.6 À(s) licitante(s) interessada(s) em efetuar vistoria prévia das áreas a serem concedidas para o devido reconhecimento das condições em que se encontram, é facultado o agendamento da visita ao imóvel onde será realizado o serviço, que poderá ser efetuada em até 01 (um) dia antes da data de abertura do certame, devendo ser agendada até 01 (um) dia antes de sua realização diretamente com a Seção de Permissão de Uso ou Divisão de Administração, pelos telefones (83) 3216-7790 ou 3216-7169, devendo agendar com o servidor Diego de Oliveira.
- 1.7 Pelo fato de ser facultativa, a visita não ensejará a emissão de nenhum comprovante pela Prefeitura Universitária.
- 1.8 **Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições das áreas concedidas poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço.**
- 1.9 **Maiores informações referentes à perfeita caracterização do objeto, encontram-se minuciosamente descritas no termo de referência e demais anexos do presente instrumento convocatório.**
- 1.10 O espaço acima mencionado será entregue no estado em que se encontra, onde será lavrado termo circunstanciado e registro fotográfico do local, devendo ao fim do período de Cessão, o cessionário devolver o imóvel nas mesmas condições em que encontrou, caso tenham sido realizadas benfeitorias, as mesmas serão incorporadas ao imóvel e patrimônio da UFPB.

2. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES (ESCLARECIMENTOS)

- 2.1 A Licitante que pretender obter esclarecimentos sobre o Edital e seus Anexos deverá solicitá-los por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: **cplpu@prefeitura.ufpb.br.**



2.2 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo pregoeiro através do site www.comprasnet.gov.br, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

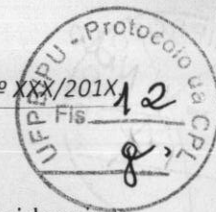
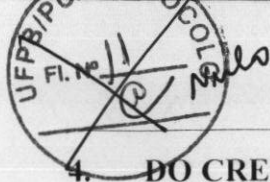
3.1 Esta licitação sob a modalidade Pregão Eletrônico será realizada em sessão pública *on line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

3.2 **Para participação neste Pregão**, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, **as empresas deverão:**

- a) Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;
- b) Estar devidamente credenciadas no sistema Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico;
- c) Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

3.3 Não poderão participar:

- d) Empresas que estejam suspensas de participar de licitação com a UFPB e PU, conforme disposto no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- e) Empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a União Federal, conforme disposto no art. 7º, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 28, do Decreto nº 5.450/2005;
- f) Empresas que sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;
- g) Empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- h) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 Os licitantes interessados em participar do certame deverão providenciar, previamente, o seu credenciamento no site www.comprasnet.gov.br.

- i) O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- j) O credenciamento do licitante bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- k) O credenciamento junto ao provedor do sistema – Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão – implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico – § 6º, Art. 3º do Decreto nº. 5.450, de 31/05/2005.
- l) o credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a UFPB/PU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3 O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 A proposta comercial deverá ser formulada e **encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet**, até a data e horários marcados para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas.



5.1.1 O envio da proposta será efetuado pela utilização de chave de acesso e senha privativa do licitante, desde o momento da publicação do Edital no Diário Oficial da União, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

5.1.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.2 As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.3 Deverá ser consignado no campo apropriado do sistema eletrônico A OFERTA MENSAL PARA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS CONCEDIDOS PELA UFPB, EXPRESSA ATRAVÉS DO FATOR DE CORREÇÃO (FC) a ser calculado da seguinte forma:

$$FC = 100.000,00 - VMO \text{ (valor mensal ofertado)}$$

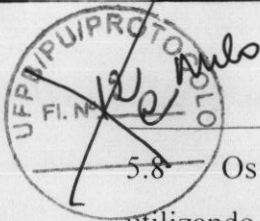
(Exemplo: Para um licitante que desejasse propor um valor de 1.900,00, teríamos o seguinte FC: $FC = 100.000,00 - 1.900,00 = 98.100,00$). Assim, o cadastro a ser realizado no sistema seria $FC = 98.100,00$ (para que o preço proposto pudesse ser R\$ 1.900,00).

5.4 O Fator de Correção deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais e o vencedor será o licitante que apresentar o menor FC, considerando os valores indicados no Anexo III como mínimos a serem ofertados.

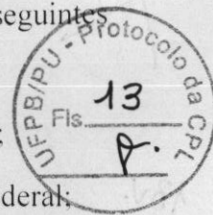
5.5 O chamado “fator de correção” foi adotado para adaptação ao sistema informatizado de licitações da modalidade licitatória pregão – eletrônico, a fim de viabilizar a adoção do critério “MAIOR OFERTA”, já que o aludido sistema não permite a oferta de lances superiores aos últimos registrados (e sim inferiores).

5.6 O preço proposto NÃO DEVERÁ incluir além do valor do espaço (aluguel), despesas de consumo de energia, água, telefone, manutenção predial, etc., que serão cobrados a parte através de medidores individuais ou através de estimativa de consumo elaborada por setor competente, à critério da Administração.

5.7 É vedado ao licitante apor na proposta qualquer elemento que possa identificá-lo, sob pena de desclassificação.



Os licitantes devem encaminhar, no ato de envio de suas propostas, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:



- a) Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
- b) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
- d) Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

6.1 A partir do horário previsto no preâmbulo do edital terá início a sessão pública virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

6.2 Iniciada a sessão pública, não serão admitidas solicitações de desistência de proposta.

6.3 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.4 O sistema eletrônico ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.

6.5 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública virtual do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou de sua desconexão.



7. DA ETAPA DE LANCES

7.1 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2 Os lances deverão ser ofertados pela **MAIOR OFERTA MENSAL** para a utilização dos espaços concedidos nas dependências da UFPB, **EXPRESSA ATRAVÉS DO FATOR DE CORREÇÃO (FC), A SER CALCULADO NA FORMA PREVISTA NO SUBITEM 5.3 DESTE EDITAL.**

7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, assim como não serão aceitos lances com mais de duas casas decimais, os quais serão cancelados.

7.4 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

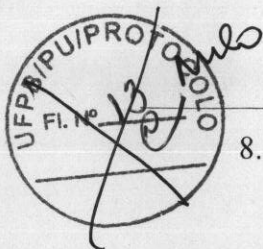
7.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.6 A etapa de lances da sessão pública virtual será encerrada por decisão do Pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

8.1 Após a sessão de lances e caso haja o empate previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o sistema eletrônico identificará a ME ou EPP e enviará uma mensagem automática convocando-a para apresentar um novo lance inferior ao menor lance ofertado, sendo-lhe concedido o prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.



8.1.1 Caso a ME ou EPP convocada não ofereça uma nova proposta, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.2 Caso nenhum licitante venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/93.



9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 Será julgada vencedora a proposta que, atendendo a todos os requisitos técnicos previstos no termo de referência, propuser a **MAIOR OFERTA MENSAL** para a utilização dos espaços concedidos pela Universidade Federal da Paraíba, apresentando de forma indireta através do chamado “Fator de Correção (FC)”, a ser calculado da seguinte forma:

$$FC = 100.000,00 - VMO \text{ (valor mensal ofertado)}$$

(Exemplo: Para um licitante que desejasse propor um valor de 4.900,00, teríamos o seguinte FC: $FC = 100.000,00 - 4.900,00 = 95.100,00$).

9.1.1 O Fator de Correção deverá ser apresentado com no máximo duas casas decimais e o vencedor será o licitante que apresentar o menor FC, podendo os valores ofertados serem inferiores aos indicados no Anexo I como valores de referência;

9.2 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e conformidade às especificações do objeto.

9.3 Se a proposta for aceitável, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

9.3.1 A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (chat) disponibilizado no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 A proposta do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada, já com os novos valores decorrentes de lance, via sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocação de anexos” – no prazo de 1 (um) dia, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no chat de mensagens, sob pena de desclassificação.

9.5 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do pregoeiro, poderá ser utilizado, para encaminhamento de documentos, o endereço eletrônico cplpu@prefeitura.ufpb.br.

9.6 A arrematante deverá apresentar planilha de custos unitários, consoante o modelo do Anexo IV.

9.7 O pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo as planilhas de composição de preços quando o valor total ofertado for aceitável, mas os preços unitários necessitem de ajustes aos valores estimados pela UFPB, ou quando forem constatados erros de cálculo, se for o caso.

9.8 A proposta comercial deverá conter as seguintes informações:

- a) O valor da oferta mensal para a utilização dos espaços concedidos pela UFPB, bem como o FC utilizado para expressão no sistema; prazo de validade da proposta;
- b) razão social do licitante, o CNPJ, número (s) de telefone (s) e de FAX, e-mail e o respectivo endereço.

9.9 Não havendo indicação do prazo acima mencionado ou na hipótese de divergência em relação àquele estabelecido neste edital, será considerado aquele constante do edital.

9.10 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.11 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, caso não sejam apresentados lances, será realizado sorteio observado o disposto no art. 45, § 2º da Lei 8.666/93, em data a ser definida pelo Pregoeiro e divulgada no chat de mensagens.

9.12 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, ultrapassado o prazo para recurso, o objeto do Pregão será adjudicado ao mesmo.

10. DA HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1 A habilitação do licitante será verificada mediante a análise dos seguintes documentos:

- a) 1. Registro Comercial, no caso de empresário individual;



2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado, tratando-se de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de sociedades simples, a inscrição do ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício. (Os documentos referidos neste item deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);



3. Decreto de autorização, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- d) Prova de Regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de Regularidade para com a Receita Federal do Brasil;
- g) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Fazenda Municipal, conforme o caso.
- h) Certidões negativas de falências e recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da empresa.
 - (1) Não sendo o licitante sediado na Comarca da Capital do Estado da Paraíba e região metropolitana, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede tenham a atribuição para emitir certidões.
- i) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), consoante art. 29, V, da Lei nº 8.666/93.

- k) Declaração de fato superveniente, atestando a inexistência de circunstâncias;
- l) Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
- m) Declaração de Elaboração Independente de Proposta

10.2 O pregoeiro verificará a habilitação do licitante por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta “on line” e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

10.3 Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficarão dispensados de apresentar os documentos relativos à **REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** (subitem 10.1, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” deste edital).

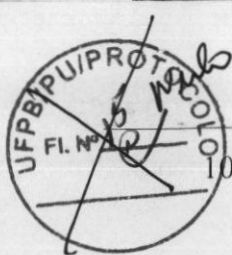
10.3.1 Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatórios com data de validade expirada, o pregoeiro poderá efetuar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões (internet), a fim de obter as informações necessárias à habilitação do licitante

10.3.2 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

10.4 Em se tratando empresa do tipo franqueada ou filial, poderão ser apresentados os documentos referente a habilitação como sendo a do franqueador ou matriz da empresa, devendo em prazo de até 60 (sessenta) dias proceder registro documental no local de funcionamento do estabelecimento comercial nas dependências da UFPB.

10.5 O pregoeiro verificará se o licitante efetuou, em campo próprio do sistema Comprasnet, a declaração a que alude o **subitem 10.1, alínea “i”** e emitirá, por meio do sítio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) mencionada na alínea “j”**.

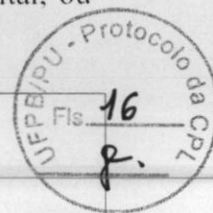
10.6 Os documentos de habilitação que não estejam contemplados no SICAF e/ou que estejam com a data de validade expirada (não sendo possível validação/consulta via internet), deverão ser encaminhados pelo sistema Comprasnet – por meio da funcionalidade “convocação de anexos” – no prazo de 1 (um) dia, a contar da solicitação feita pelo pregoeiro no chat de mensagens.



10.6.1 Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do pregoeiro, poderá ser utilizado, para encaminhamento dos documentos, o endereço eletrônico cplpu@prefeitura.ufpa.br.

10.6.2 Havendo solicitação do pregoeiro, os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço mencionado no subitem 2.2 do edital, ou postados para o endereço abaixo, no prazo de 3 (três) dias úteis:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)
A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)
Cidade Universitária, S/N
João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900
E-mail: cplpu@prefeitura.ufpa.br



10.7 Em se tratando de MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), havendo alguma restrição na comprovação fiscal para efeito de contratação, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação do prazo poderá ser concedida a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

10.7.1 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou da ata, ou revogar a licitação.

10.8 Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz ou filial), deverá apresentar o CNPJ desse estabelecimento para consulta on line ao SICAF.

10.9 As Certidões terão o prazo de validade que lhes são próprios; inexistindo este prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.





10.10 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no presente edital.



10.11 A Contratante poderá promover visita às dependências da Licitante e consulta às entidades competentes, a fim de comprovar a exatidão das informações contidas nos documentos requeridos.

10.11.1 Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

10.12 Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, deverá o licitante apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar o documento atualizado, para fins de direito, em até 10 (dez) dias úteis, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às sanções previstas neste edital.

10.13 A ausência do envio da documentação exigida neste edital ensejará a instauração de processo administrativo, que poderá culminar com a aplicação das sanções previstas neste edital.

10.14 Se a documentação de habilitação não estiver completa e em estrita conformidade com as exigências deste edital, o licitante será inabilitado.

10.14.1 Documentos apresentados com a validade expirada também acarretarão a inabilitação do licitante.

10.15 As condições de habilitação deverão ser mantidas durante todo o procedimento licitatório.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Declarada a empresa vencedora no sistema, qualquer licitante poderá manifestar, no prazo de 01 (uma) hora, **motivadamente**, em campo próprio, a intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões. Será concedido o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação das razões de recurso escritas, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.1.1 O encaminhamento das razões de recurso e das contrarrazões deverá ser feito somente por meio do sistema eletrônico.

11.2 A falta de manifestação de recorrer no prazo de 01 (uma) hora importará em decadência do exercício do direito de recorrer. **Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.**

11.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e ao Prefeito Universitário, homologar o procedimento licitatório.

12.2 Havendo recurso, o Prefeito Universitário, após deliberar sobre o mesmo, fará a adjudicação do objeto, homologando o procedimento licitatório, na forma do artigo 27 do Decreto 5.450/05.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1 Homologado o certame e adjudicado o objeto pertinente, a licitante vencedora deverá comparecer à Prefeitura Universitária para assinatura do referido termo contratual no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação, conforme prevê o artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

13.2 Quando da assinatura do contrato, será verificado se as condições de habilitação estão mantidas.

14. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

14.1 As obrigações da Contratante e da Contratada encontram-se detalhadas em item(ns) próprio(s) do Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

15. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, com atribuições específicas, formalmente designado por meio de Portaria, nos termos dispostos no artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, e no Ato nº 56, de 26/05/2014.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO

16.1 A inexecução parcial ou total do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei, conforme minuta do contrato.

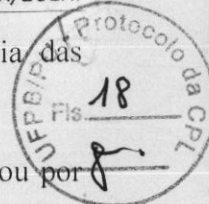
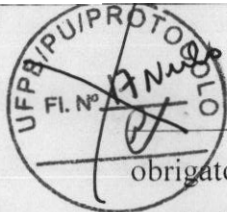
17. DO VALOR ESTIMADO

17.1 O valor mensal total estimado para CONCESSÃO DE USO DO ESPAÇO PÚBLICO (A TÍTULO ONEROSO), nos termos do Anexo I, conforme planilha abaixo:

Item	Tipo	Local	Área (m2)	Preço Total (R\$)
1	Lanchonete	CCA – Cantina 01 – Centros Acadêmicos CCA	10,00	250,70
2	Lanchonete	CCA – Food Truck 1 – Dep. Ciências Biológicas e Dep. de Fitotecnia e Ciências Ambientais	13,86	347,47
3	Lanchonete	CCA – Food Truck 2 – Hospital Veterinário	13,86	347,47
4	Lanchonete	CCA – Food Truck 3 – Prédio da Mata	13,86	347,47
5	Reprografia	CCA – Reprografia 01 – Vila Acadêmica	24,40	242,78
6	Reprografia	CCA – Reprografia 02 – Biblioteca Setorial CCA	5,70	56,72

17.2 O valor estabelecido no item anterior refere-se apenas como referência à cessão de uso do imóvel público (aluguel), quaisquer despesas decorrentes da sua utilização deverão ser suportadas pelo cessionário, como tarifa de água e energia.

17.3 Serão permitidos valores inferiores ao de referência, mediante a realização do procedimento licitatório, caso os valores ofertados pelos interessados/licitantes sejam inferiores ao previstos no presente edital, de forma que os lances serão livres, não havendo



obrigatoriedade de lance mínimo superior ao valor de referência, em decorrência das condições de mercado no período de realização do certame.

17.4 A remuneração pelo uso do imóvel será reajustada de acordo com o IGP-M ou por outro índice que vier substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso.

17.5 A área referente aos equipamentos comerciais do tipo *food truck* corresponde a projeção do veículo, acrescido de área destinadas a mesas e cadeiras, caso aplicável.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 A concessão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, ficando a duração do contrato limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos da resolução nº 28/2014 CONSUNI/UFPB.

19. DO RESSARCIMENTO PELA CONCESSÃO DE USO

19.1 O cessionário deverá recolher em Conta da União através de GRU - Guia de Recolhimento da União, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente. Na GRU, deverá constar a soma do valor do contrato com a taxa de fornecimento de água e energia, sob orientação e controle da Prefeitura Universitária/UFPB.

19.2 Os comprovantes de recolhimento deverão ser apresentados ao fiscal do contrato até o **décimo dia útil do mês subsequente ao vencido**, podendo ser disponibilizado meios eletrônicos de envio da referida documentação à critério da Fiscalização.

19.3 O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará a **CESSIONÁRIA** ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.

20. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

20.1 Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, conforme o disposto no Artigo 18 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

20.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).

20.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Conforme o disposto no art. 28 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e sanções previstas no subitem 24.2 deste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

21.2 O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.

21.3 O não pagamento do débito após o recebimento de duas notificações, acarretará na imediata REVOGAÇÃO do termo de Cessão de Uso;

21.4 A multa de que trata este item não impedirá a cassação da cessão pela Universidade e a aplicação de outras sanções.

21.5 Após a revogação assinada pelo Reitor, obriga-se o cessionário a devolver o bem cedido, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

21.6 Pela inexecução, total ou parcial do objeto da cessão, ultrapassado o prazo estabelecido no para pagamento da GRU, a PU/UFPB poderá aplicar ao cessionário as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

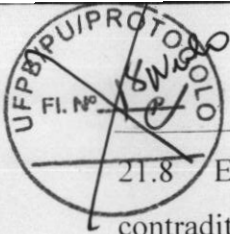
21.6.1 Advertência;

21.6.2 Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

21.6.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Universidade enquanto perdurarem os motivos da punição;

21.6.4 As penalidades previstas neste Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Autoridade Competente, se entender as justificativas apresentadas pelo Cessionário como relevantes.

21.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.



Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.



22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação, em contrário, do(a) Pregoeiro(a).

22.2 Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, neste caso, para as licitantes, qualquer direito a indenização às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

22.3 Qualquer modificação neste Edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.4 É facultada ao (a) Pregoeiro(a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

22.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

22.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará, para a licitante, direito à aquisição do objeto licitado pela Administração.

22.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

22.9 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes da Seção 24 deste Edital, o lance será considerado proposta.

22.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais;

22.12 Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas na:

Universidade Federal da Paraíba – Campus I (Reitoria)
A/C Comissão Permanente de Licitação (CPL-PU)
Gabinete da Reitoria (Sala 09 – Antiga Sala de Reuniões)
Cidade Universitária, S/N
João Pessoa, PB – CEP: 58.051-900
E-mail: cplpu@prefeitura.ufpb.br
Fone: (83) 3216-7091, no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

22.13 Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na cidade de João Pessoa/PB, excluído qualquer outro.

João Pessoa – PB, 9 de maio de 2017

De acordo.

Declaro aprovado o presente EDITAL e todos os seus anexos, conforme a legislação em vigor.

João Marcelo Alves Macêdo

Prefeito Universitário
SIAPE 2569256



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REFERÊNCIA – REPROGRAFIA – ANEXO I

1. DO OBJETO E DAS NORMAS PARA EXPLORAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a outorga a título precário de **CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**, onerosa, visando à instalação de **SERVIÇOS DE REPROGRAFIA**, para comercialização de serviços de reprografia e gráficos em geral nas dependências do campus II da UFPB localizado no município de Areia/PB com áreas de ocupação conforme descrito na tabela abaixo, devidamente descritos, caracterizados e especificados no presente Termo de Referência.

Local	Área (m2)
CCA – Reprografia 01 – Vila Acadêmica	24,40
CCA – Reprografia 02 –Biblioteca Setorial CCA	5,70

- 1.2. O espaço acima mencionado será entregue no estado em que se encontra.
- 1.3. A Cessão de Uso destinar-se-á, exclusivamente, para o fim específico a que foi proposto o termo. A exploração comercial deverá ser realizada pelo cessionário, sendo vedada a transferência, locação, sublocação, cessão, subdivisão ou empréstimo do imóvel, ainda que parcialmente.
- 1.4. O uso precário a ser permitido ao vencedor do presente procedimento impessoal, será restrito a atividades que não impliquem a realização de construções ou investimentos de grande monta no imóvel.
- 1.5. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto sempre que houver atividade acadêmica, em horário comercial, durante todo o período letivo, no período de férias e aos domingos e feriados a critério da Administração do Centro que estiver ocupando o espaço. Em outros períodos, o cessionário só poderá manter o estabelecimento aberto desde que autorizado formalmente pela administração do Centro, Reitoria ou Prefeitura Universitária.
- 1.6. O desvio das finalidades pretendidas pela cessão de uso, bem como o desrespeito aos princípios e normas administrativas, especialmente o estabelecido nos respectivos contratos administrativos de cessão de uso quanto ao respeito às normas de insalubridade, conservação e manutenção patrimonial, adimplência das taxas administrativas e de serviços, bem como adimplência das obrigações previdenciárias e trabalhistas, acomodação de materiais, alimentos e lixo, bem como outras obrigações constantes no termo de cessão específico, importará na revogação da cessão concedida à qualquer tempo, sem prejuízo das penalidades administrativas, cíveis e criminais cabíveis.
- 1.7. Incorrerá em penalidades administrativas, cíveis e criminais, segundo previsto na legislação brasileira, o **CESSIONÁRIO**, bem como seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados que desrespeitarem as leis ambientais vigentes, mormente pela degradação do

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4
Matº SIAPE 2475893



ambiente e da flora universitária, além do cometimento de maus-tratos ou provocação de morte a animais que compõem todo o conjunto da fauna da UFPB.

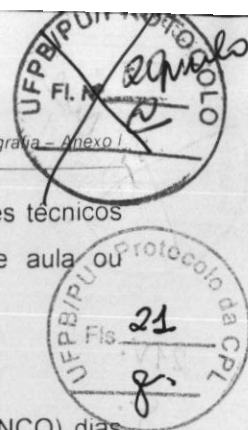
O cessionário, bem como seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados que descumprirem quaisquer procedimentos em relação às regras sanitárias e de precaução para o manejo de alimentos, o acondicionamento destes ou de produtos químicos, orgânicos ou inorgânicos, a separação, a coleta seletiva ou outra modalidade de cuidados para com o lixo produzido pelo estabelecimento, incorrerão nas penalidades administrativas, cíveis e criminais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

- 1.9. Nenhum vínculo de natureza empregatícia terá o cessionário e/ou seus empregados com a Universidade Federal, ficando, ainda, por conta do cessionário as despesas com taxas (aluguel, água e energia), tributos, e demais dívidas decorrentes da utilização do espaço ou da realização da atividade e serviços.
- 1.10. Só poderão ser efetuadas benfeitorias e serviços no imóvel, a partir de prévia e escrita autorização da Universidade, e de acordo com as normas e orientações da Prefeitura Universitária, sendo que: a execução das benfeitorias e instalações deverá ser supervisionada pela Prefeitura Universitária e as benfeitorias e instalações realizadas no espaço físico objeto da cessão ficarão definitivamente incorporadas ao patrimônio da UFPB, sem direito de apropriação ou de indenização ao cessionário.
- 1.11. A conservação e manutenção do bem imóvel ficará por conta dos cessionários, resguardada a ciência e fiscalização da Prefeitura Universitária na execução dos serviços.
- 1.12. O cessionário responderá, civil e criminalmente, pelos prejuízos causados ao imóvel, ou aos servidores da UFPB, a que der causa, ou pelos danos causados por seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados.
- 1.13. O cessionário compromete-se ainda a:
 - a) Assegurar o acesso ao espaço objeto desta cessão aos servidores da UFPB, no exercício da fiscalização do contrato, bem como aos servidores das entidades de fiscalização;
 - b) Não deixar expostos no local, caixas, embalagens ou quaisquer outros objetos que comprometam a boa aparência do local;
 - c) Não afixar, e não permitir que sejam afixados, cartazes, folders, ou qualquer tipo de propaganda nas paredes externas do espaço objeto desta cessão.

d) JUSTIFICATIVA

- 1.14. A presente concessão se justifica pela demanda dos Campi por estabelecimentos comerciais que prestem serviços de reprografia e gráficos em geral (copiadoras) apta a suprir as necessidades da comunidade acadêmica em relação à alimentação, uma vez que não há estabelecimentos comerciais do tipo no interior dos campi retro mencionados.
- 1.15. Considerando que os Campi podem funcionar nos três turnos e em alguns cursos com atividades em período integral, torna-se relevante a necessidade de fornecer aos três

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 16005130-7
Mat. SIAPE 247589-7



segmentos que formam a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores técnicos administrativos), a prestação de serviços adequadas e próxima aos locais de aula ou ambientes de trabalho, garantindo o bem-estar dos mesmos.

2. DOS PRAZOS E AJUSTES

- 2.1. O prazo para a assinatura do Termo de Cessão Onerosa de Uso será de 05 (CINCO) dias úteis, a contar da data em que a licitante vencedora for convocada pela UFPB.
- 2.2. Decorrido o prazo para a assinatura do termo e não comparecendo à UFPB, a licitante vencedora será considerada desistente, podendo ser convocadas para o ajuste as demais classificadas, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.
- 2.3. O Cessionário se obriga a colocar o estabelecimento em funcionamento em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do Termo, podendo haver prorrogação deste prazo à critério da Administração, porém nunca superior a 180 (cento e oitenta) dias.
- 2.4. A desistência em assinar o Termo, no prazo concedido, sujeitará a Proponente às seguintes sanções aplicáveis isolada ou conjuntamente:
- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal da concessão administrativa de uso, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o máximo de 15 (quinze) dias, quando então incidirão nas demais cominações previstas nos itens subsequentes;
 - b) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida (Lei 8.666/1993);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada. Esta sanção é da competência do Ministro da Educação, facultada a defesa da licitante vencedora, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista. As demais penalidades poderão ser aplicadas diretamente pela UFPB.
 - d) Estará sujeita à multa a licitante vencedora que, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração, deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida.
 - e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
 - f) As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893

- g) As multas e outras penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovadas, a critério do Prefeito Universitário.

A cessão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogada nos termos da lei, até o limite de 60 meses;

- 2.6. Só poderá ser renovado o termo de Cessão de Uso que estiver adimplente até a data de validade do termo de cessão ou do último termo aditivo de prazo celebrado.
- 2.7. Após o prazo estabelecido, a cessão será finalizada, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, cabendo ao cessionário desocupar e entregar o imóvel no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 2.8. Serão aplicadas todas as normas previstas na Resolução N°28/2014 do CONSUNI/UFPB.

3. DA FISCALIZAÇÃO


- 3.1. A Fiscalização do objeto do presente Termo de Cessão será exercida por servidor oportunamente designado através de Portaria exarada pelo Sr. Prefeito Universitário, na forma restrita à plenitude dessa responsabilidade, para exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o citado objeto. A fiscalização irá verificar o cumprimento, por parte do cessionário, das determinações que lhe forem dirigidas expressamente, desde que as mesmas não vulnerem as cláusulas e condições do Termo de Cessão.
- 3.2. Incorrerá ainda à Seção de Contabilidade da Prefeitura Universitária a emissão de relatórios de arrecadação realizados por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU – à título de pagamentos por parte dos cessionários das obrigações mantidas com a UFPB.

4. DOS PAGAMENTOS

- 4.1. O cessionário deverá recolher em Conta da União através de GRU - Guia de Recolhimento da União, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente. Na GRU, deverá constar a soma do valor do contrato com a taxa de fornecimento de água e energia, sob orientação e controle da Prefeitura Universitária/UFPB.

5. DAS PENALIDADES

- 5.1. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.
- 5.2. O não pagamento do débito após o recebimento de duas notificações, acarretará na imediata REVOGAÇÃO do termo de Cessão de Uso;
- 5.3. A multa de que trata este item não impedirá a cassação da cessão pela Universidade e a aplicação de outras sanções.
- 5.4. Após a revogação assinada pelo Reitor, obriga-se o cessionário a devolver o bem cedido, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.


Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893



5.5. Pela inexecução, total ou parcial do objeto da cessão, ultrapassado o prazo estabelecido no para pagamento da GRU, a PU/UFPA poderá aplicar ao cessionário as seguintes sanções isolada ou cumulativamente:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Universidade enquanto perdurarem os motivos da punição;
- d) As penalidades previstas neste Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Autoridade Competente, se entender as justificativas apresentadas pelo Cessionário como relevantes.

6. DA REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA E ALTERAÇÃO DE ÁREA DE OCUPAÇÃO

6.1. A remuneração mensal mínima de referência para realização do procedimento licitatório a título de uso do imóvel público será de acordo com a tabela abaixo, obtido a partir de **avaliação imobiliária constante no processo NUP 23074.050018/2016-60**.

Local	Área (m ²)	Preço por m ² (R\$/m ²)	Preço total (R\$)
CCA – Reprografia 01 – Vila Acadêmica	24,40	9,95	242,78
CCA – Reprografia 02 –Biblioteca Setorial CCA	5,70	9,95	56,72

6.2. O valor estabelecido no item anterior refere-se apenas como referência à cessão de uso do imóvel público (aluguel), quaisquer despesas decorrentes da sua utilização deverão ser suportadas pelo cessionário, como tarifa de água e energia.

6.3. **Serão permitidos valores inferiores ao de referência**, mediante a realização de procedimento licitatório, caso os valores ofertados pelos interessados/licitantes sejam inferiores ao previstos no presente termo de referência, de forma que os lances serão livres, não havendo obrigatoriedade de lance mínimo superior ao valor de referência, em decorrência das condições de mercado no período de realização do certame.

6.4. A remuneração pelo uso do imóvel será reajustada de acordo com o IGP-M ou por outro índice que vier substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso.

6.5. As áreas de ocupação dos espaços destinados à exploração comercial de cantinas/lanchonetes poderão ter sua área contígua ao ambiente ampliada, mediante realização de termo aditivo ao contrato, sendo cobrado o valor da área ampliada proporcionalmente ao valor da cessão de uso vigente à época.

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4

Mat. SIAPE 2475893 Página 5

A critério da Administração o cessionário poderá alterar o local de exploração da atividade comercial, sendo vedada a alteração da finalidade a que foi proposta a cessão de uso.

DA DURAÇÃO DA CESSÃO

A cessão de uso será outorgada em caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo, por força de juízo de conveniência e oportunidade do(a) Reitor(a) da Universidade Federal da Paraíba.

- 7.2. A cessão será automaticamente extinta no caso de descumprimento, por parte do cessionário, de qualquer das cláusulas constantes do Termo de Cessão de uso, da Resolução Nº28/2014 do CONSUNI/UFPB, ou das normas do ordenamento jurídico vigente, federal, estadual ou municipal, especialmente aquelas de caráter ambiental, urbanístico, edilício, tributário e de posturas.
- 7.3. O cessionário poderá desistir da continuidade da cessão de uso, por meio de requerimento formal dirigido à Prefeitura Universitária, ficando obrigado a pagar qualquer parcela relativa ao uso com vencimento previsto para os 30 dias posteriores à data do protocolo do requerimento com tal finalidade;

8. NORMAS PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

- 8.1. Os cessionários das Lanchonetes deverão obedecer às orientações da Prefeitura Universitária (PU) a respeito da localização e especificação dos pontos de energia a serem instalados;
- 8.2. Os projetos de instalação dos equipamentos deverão ser submetidos à PU para aprovação.

9. NORMAS DE FUNCIONAMENTO

- 9.1. Todos os recipientes para coleta de resíduos, que deverão existir na área interna e externa do Estabelecimento, em número razoável, deverão ser adequados, de fácil limpeza e providos de tampo, bem como ter acondicionados sacos de lixo apropriados, ou recipientes descartáveis;
- 9.2. Deverá estar fixado, em local visível para os consumidores, em um quadro, os preços cobrados pelos serviços, bem como o telefone e o endereço do PROCON, devidos alvarás e licenças de funcionamento (no que couber).
- 9.3. É vedado o fornecimento dos seguintes produtos:
- a) Todo e qualquer tipo de bebida alcoólica;
 - b) Todo e qualquer tipo de tabaco;
 - c) Todo e qualquer tipo de medicamento ou produto químico-farmacêutico.
- 9.4. Os equipamentos deverão ser mantidos organizados e em adequado estado de conservação, e conforme as seguintes normativas:
- a) Dispor o lixo adequadamente em sacos plásticos, em recipientes de fácil limpeza, apropriados para a atividade.

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893

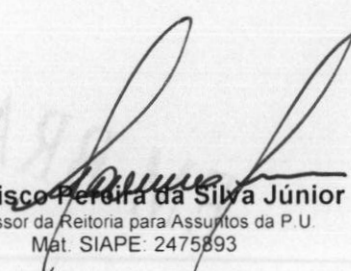


- b) Os resíduos de origem química devem ser destinados a coleta especial, promovida pelo cessionário que deverá dar destinação adequada.
- c) Os recipientes de *toner*, tintas, solventes, colas ou similares quando descartados devem ter coleta especial e destinação conforme legislação vigente, não podendo sobre nenhuma hipótese ser descartada em coleta de lixo comum da UFPB.
- d) Os fluidos, graxas e óleos destinados a manutenção dos equipamentos devem ter destinação conforme legislação vigente, não podendo sobre nenhuma hipótese ser descartada em coleta de lixo comum da UFPB.

10. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

- 10.1. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto de acordo com os horários descritos no Termo de Cessão de Uso, podendo ser alterado com prévia autorização da Administração.
- 10.2. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto sempre que houver atividade acadêmica, em horário comercial, durante todo o período letivo; no período de férias e aos domingos e feriados a critério da Administração do Centro que estiver ocupando o espaço. Em outros períodos, o cessionário só poderá manter o estabelecimento aberto desde que autorizado formalmente pela administração do Centro, Reitoria ou Prefeitura Universitária.

João Pessoa, 9 de maio de 2017.


Francisco Pereira da Silva Júnior
Assessor da Reitoria para Assuntos da P.U.
Mat. SIAPE: 2475893

De acordo, aprovo o presente termo de referência.


João Marcelo Alves Macêdo
Prefeito Universitário
SIAPE 2569256

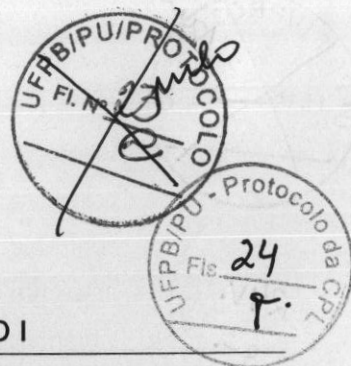


EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE REFERÊNCIA – LANCHONETE – ANEXO I



1. DO OBJETO E DAS NORMAS PARA EXPLORAÇÃO

- 1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a outorga a título precário de **CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**, onerosa, visando à instalação de **LANCHONETES**, para comercialização de Lanches e Refeições Rápidas nas dependências do campus II da UFPB no município de Areia/PB, com áreas de ocupação conforme descrito na tabela abaixo, devidamente descritos, caracterizados e especificados no presente Termo de Referência.

Local	Área (m2)
CCA – Cantina 01 – Centros Acadêmicos CCA	10,00
CCA – Food Truck 1 – Dep. Ciências Biológicas e Dep. de Fitotecnia e Ciências Ambientais	13,86
CCA – Food Truck 2 – Hospital Veterinário	13,86
CCA – Food Truck 3 – Prédio da Mata	13,86

- 1.2. O espaço acima mencionado será entregue no estado em que se encontra.
- 1.3. A Cessão de Uso destinar-se-á, exclusivamente, para o fim específico a que foi proposto o termo. A exploração comercial deverá ser realizada pelo cessionário, sendo vedada a transferência, locação, sublocação, cessão, subdivisão ou empréstimo do imóvel, ainda que parcialmente.
- 1.4. O uso precário a ser permitido ao vencedor do presente procedimento impessoal, será restrito a atividades que não impliquem a realização de construções ou investimentos de grande monta no imóvel.
- 1.5. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto sempre que houver atividade acadêmica, em horário comercial, durante todo o período letivo; no período de férias e aos domingos e feriados a critério da Administração do Centro que estiver ocupando o espaço. Em outros períodos, o cessionário só poderá manter o estabelecimento aberto desde que autorizado formalmente pela administração do Centro, Reitoria ou Prefeitura Universitária.
- 1.6. O desvio das finalidades pretendidas pela cessão de uso, bem como o desrespeito aos princípios e normas administrativas, especialmente o estabelecido nos respectivos contratos administrativos de cessão de uso quanto ao respeito às normas de insalubridade, conservação e manutenção patrimonial, adimplência das taxas administrativas e de serviços, bem como adimplência das obrigações previdenciárias e trabalhistas, acomodação de materiais, alimentos e lixo, bem como outras obrigações constantes no termo de cessão específico, importará na revogação da cessão concedida à qualquer tempo, sem prejuízo das penalidades administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

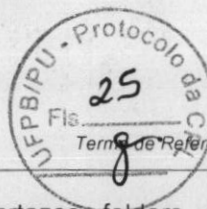
Francisco Pereira da S. Junior
Engº Civil- CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893



Incorrerá em penalidades administrativas, cíveis e criminais, segundo previsto na legislação brasileira, o CESSIONÁRIO, bem como seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados que desrespeitarem as leis ambientais vigentes, mormente pela degradação do ambiente e da flora universitária, além do cometimento de maus-tratos ou provocação de morte a animais que compõem todo o conjunto da fauna da UFPB.

O cessionário, bem como seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados que descumprirem quaisquer procedimentos em relação às regras sanitárias e de precaução para o manejo de alimentos, o acondicionamento destes ou de produtos químicos, orgânicos ou inorgânicos, a separação, a coleta seletiva ou outra modalidade de cuidados para com o lixo produzido pelo estabelecimento, incorrerão nas penalidades administrativas, cíveis e criminais previstas no ordenamento jurídico brasileiro.

- 1.9. Nenhum vínculo de natureza empregatícia terá o cessionário e/ou seus empregados com a Universidade Federal, ficando, ainda, por conta do cessionário as despesas com taxas (aluguel de máquinas, água, energia, etc.), tributos, e demais dívidas decorrentes da utilização do espaço ou da realização da atividade e serviços.
- 1.10. O Cessionário da lanchonete deverá fornecer lanches (salgados, sanduíches, cafés e sucos, biscoitos, chocolates, refrigerantes, etc.), bem como serviço de refeições rápidas (*fast-food*) e opcionalmente o serviço de refeição *self service* ou *à la carte*, conforme disposição física e sanitárias dos ambientes que possam permitir este tipo de exploração comercial, devendo para isso proceder com toda regulamentação da exploração comercial que optar realizar.
- 1.11. A cozinha da lanchonete deverá ser provida de todos os equipamentos compatíveis com a prestação dos serviços a que se propõe. A adaptação dos espaços e instalação de tais equipamentos será em absoluta conformidade com as normas sanitárias em vigor, de exclusiva responsabilidade do Cessionário.
- 1.12. Só poderão ser efetuadas benfeitorias e serviços no imóvel, a partir de prévia e escrita autorização da Universidade, e de acordo com as normas e orientações da Prefeitura Universitária, sendo que: a execução das benfeitorias e instalações deverá ser supervisionada pela Prefeitura Universitária e as benfeitorias e instalações realizadas no espaço físico objeto da cessão ficarão definitivamente incorporadas ao patrimônio da UFPB, sem direito de apropriação ou de indenização ao cessionário.
- 1.13. A conservação e manutenção do bem imóvel ficará por conta dos cessionários, resguardada a ciência e fiscalização da Prefeitura Universitária na execução dos serviços.
- 1.14. O cessionário responderá, civil e criminalmente, pelos prejuízos causados ao imóvel, ou aos servidores da UFPB, a que der causa, ou pelos danos causados por seus subordinados, empregados, prepostos ou contratados.
- 1.15. O cessionário compromete-se ainda a:
 - a) Assegurar o acesso ao espaço objeto desta cessão aos servidores da UFPB, no exercício da fiscalização do contrato, bem como aos servidores das entidades de fiscalização;
 - b) Não deixar expostos no local, caixas, embalagens ou quaisquer outros objetos que comprometam a boa aparência do local;



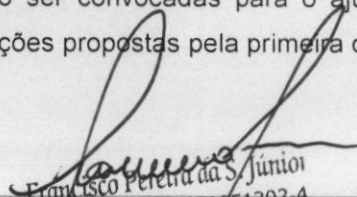
- c) Não afixar, e não permitir que sejam afixados, cartazes, folders, ou qualquer tipo de propaganda nas paredes externas do espaço objeto desta cessão.
- 1.16. A cessionária deverá proceder com aprovação no corpo de bombeiros, licenciamento ambiental e plano de gerenciamento de resíduos, sendo este último, em consonância com a política de educação ambiental desenvolvida pela Instituição.
- 1.17. Os funcionários da permissionária deverão participar de pelo menos um treinamento anual de boas práticas de educação ambiental, devendo apresentar certificado de participação ao fiscal do contrato.
- 1.18. Os Cessionários devem apresentar Manual de Boas Práticas e procedimentos operacionais padronizados (POPs), conforme legislação vigente, em especial a RDC nº 216/2014.
- 1.19. A cessionária deverá oferecer 35% (trinta e cinco por cento) dos alimentos comercializados do tipo saudáveis, a saber: frutas, legumes, verduras, sanduíches, pães, bolos, tortas, salgados, doces assados ou naturais, produtos à base de fibras: barras de cereais, cereais matinais, arroz integral, pães, bolos, tortas, biscoitos, barras de chocolate menores de 30g ou mista com frutas ou fibras.
- 1.20. As áreas destinadas aos *food truck* se localizam em estacionamentos do referido campus universitário, as ligações elétricas, hidráulicas e sanitárias poderão ser realizadas, caso tenha disponibilidade técnica no local, correndo os custos de ligações/instalação por conta do permissionário.

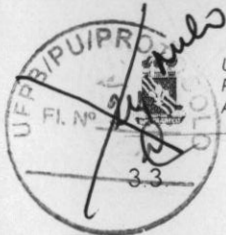
2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A presente concessão se justifica pela demanda do campus II por estabelecimentos comerciais de venda de alimentação (lanchonete/restaurante) apta a suprir as necessidades da comunidade acadêmica em relação à alimentação, uma vez que não há precariedade de estabelecimentos comerciais próximos aos locais de atividades acadêmicas, limitando o acesso àqueles que não possuem veículo próprio a estabelecimentos que comercializem refeições e lanches de qualidade.
- 2.2. Considerando que o campus II podem funcionar nos três turnos e em alguns cursos com atividades em período integral, torna-se relevante a necessidade de fornecer aos três segmentos que formam a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores técnicos administrativos), a possibilidade de se alimentarem adequadamente, garantindo o bem-estar dos mesmos.

3. DOS PRAZOS E AJUSTES

- 3.1. O prazo para a assinatura do Termo de Cessão Onerosa de Uso será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante vencedora for convocada pela UFPB, podendo tal prazo ser prorrogado a critério da Administração.
- 3.2. Decorrido o prazo fixado para a assinatura do termo e não comparecendo à UFPB, a licitante vencedora será considerada desistente, podendo ser convocadas para o ajuste as demais classificadas, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

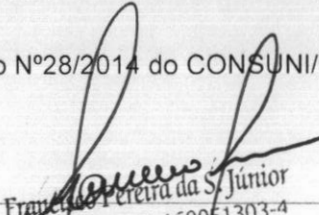

Francisco Pereira da S. Júnior
Engº Civil-CREA 160951303-4
Mat. SIAPE 2475893



O Cessionário se obriga a colocar o estabelecimento em funcionamento em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do Termo, podendo haver prorrogação deste prazo à critério da Administração, porém nunca superior a 180 (cento e oitenta) dias.

A desistência em assinar o Termo, no prazo concedido, sujeitará a Proponente às seguintes sanções aplicáveis isolada ou conjuntamente:

- a) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor mensal da concessão administrativa de uso, por dia em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste pacto, até o máximo de 15 (quinze) dias, quando então incidirão nas demais cominações previstas nos itens subsequentes;
 - b) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, conforme fixação da autoridade, em função da natureza e da gravidade da falta cometida (Lei 8.666/1993);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada. Esta sanção é da competência do Ministro da Educação, facultada a defesa da licitante vencedora, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista. As demais penalidades poderão ser aplicadas diretamente pela UFPB.
 - d) Estará sujeita à multa a licitante vencedora que, salvo motivo de força maior ou outro devidamente justificado e aceito pela Administração, deixar de cumprir nos prazos e condições estipulados, a obrigação assumida.
 - e) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
 - f) As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
 - g) As multas e outras penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovadas, a critério do Prefeito Universitário.
- 3.5. A cessão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogada nos termos da lei, até o limite de 60 meses;
- 3.6. Só poderá ser renovado o termo de Cessão de Uso que estiver adimplente até a data de validade do termo de cessão ou do último termo aditivo de prazo celebrado.
- 3.7. Após o prazo estabelecido, a cessão será finalizada, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, cabendo ao cessionário desocupar e entregar o imóvel no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 3.8. Serão aplicadas todas as normas previstas na Resolução N°28/2014 do CONSUNI/UFPB.


Francisco Pereira da Silva Júnior
Engº Civil-CREA 160051303-4
MAY SIAPE 2475893



4. DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. A Fiscalização do objeto do presente Termo de Cessão será exercida por servidor efetivo, oportunamente designado através de Portaria exarada pelo Sr. Prefeito Universitário, na forma restrita à plenitude dessa responsabilidade, para exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o citado objeto. A fiscalização irá verificar o cumprimento, por parte do cessionário, das determinações que lhe forem dirigidas expressamente, desde que as mesmas não vulnerem as cláusulas e condições do Termo de Cessão.
- 4.2. Incorrerá ainda à Seção de Contabilidade da Prefeitura Universitária a emissão de relatórios de arrecadação realizados por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU – à título de pagamentos por parte dos cessionários das obrigações mantidas com a UFPB.

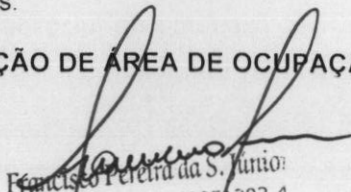
5. DOS PAGAMENTOS

- 5.1. O cessionário deverá recolher em Conta da União através de GRU - Guia de Recolhimento da União, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente. Na GRU, deverá constar a soma do valor do contrato com a taxa de fornecimento de água e energia, sob orientação e controle da Prefeitura Universitária/UFPB.

6. DAS PENALIDADES

- 6.1. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará o cessionário ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.
- 6.2. O não pagamento do débito após o recebimento de duas notificações, acarretará na imediata REVOGAÇÃO do termo de Cessão de Uso;
- 6.3. A multa de que trata este item não impedirá a cassação da cessão pela Universidade e a aplicação de outras sanções.
- 6.4. Após a revogação assinada pelo Reitor(a), obriga-se o cessionário a devolver o bem cedido, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 6.5. Pela inexecução, total ou parcial do objeto da cessão, ultrapassado o prazo estabelecido no para pagamento da GRU, a PU/UFPB poderá aplicar ao cessionário as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:
- a) Advertência;
 - b) Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Universidade enquanto perdurarem os motivos da punição;
 - d) As penalidades previstas neste Edital poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Autoridade Competente, se entender as justificativas apresentadas pelo Cessionário como relevantes.

7. DA REMUNERAÇÃO DE REFERÊNCIA E ALTERAÇÃO DE ÁREA DE OCUPAÇÃO


Francisco Pereira da S. Junior
Engº Civil-CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893



A remuneração mensal mínima de referência para realização do procedimento licitatório a título de uso do imóvel público será de acordo com a tabela abaixo, obtido a partir de avaliação imobiliária constante nos processos NUP 23074.050018/2016-60 e 23074.054102/2016-52.

Local	Área (m2)	Preço por m ² (R\$/m2)	Preço total (R\$)
CCA – Cantina 01 – Centros Acadêmicos CCA	10,00	25,07	250,70
CCA – Food Truck 1 – Dep. Ciências Biológicas e Dep. de Fitotecnia e Ciências Ambientais	13,86	25,07	347,47
CCA – Food Truck 2 – Hospital Veterinário	13,86	25,07	347,47
CCA – Food Truck 3 – Prédio da Mata	13,86	25,07	347,47

- 7.2. O valor estabelecido no item anterior refere-se apenas como referência à cessão de uso do imóvel público (aluguel), quaisquer despesas decorrentes da sua utilização deverão ser suportadas pelo cessionário, como tarifa de água e energia.
- 7.3. **Serão permitidos valores inferiores ao de referência**, mediante a realização de procedimento licitatório, caso os valores ofertados pelos interessados/licitantes sejam inferiores ao previstos no presente termo de referência, de forma que os lances serão livres, não havendo obrigatoriedade de lance mínimo superior ao valor de referência, em decorrência das condições de mercado no período de realização do certame.
- 7.4. A remuneração pelo uso do imóvel será reajustada de acordo com o IGP-M ou por outro índice que vier substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Cessão de Uso.
- 7.5. As áreas de ocupação dos espaços destinados à exploração comercial de cantinas/lanchonetes poderão ter sua área contígua ao ambiente ampliada, mediante realização de termo aditivo ao contrato, sendo cobrado o valor da área ampliada proporcionalmente ao valor da cessão de uso vigente à época.
- 7.6. A critério da Administração o cessionário poderá alterar o local de exploração da atividade comercial, sendo vedada a alteração da finalidade a que foi proposta a cessão de uso.
- 7.7. As áreas destinadas aos *food truck* foram consideradas como sendo equivalente ao veículo utilitário marca IVECO, modelo 35S14 Diesel, podendo a referida área sofrer aumento ou diminuição conforme o modelo do veículo utilitário utilizado pelo Cessionário.

8. DA DURAÇÃO DA CESSÃO

- 8.1. A cessão de uso será outorgada em caráter precário, podendo ser revogada, a qualquer tempo, por força de juízo de conveniência e oportunidade do(a) Reitor(a) da Universidade Federal da Paraíba.

Francisco Pereira da S. Júnior:
Engº Civil-CREA 160051303-4
Mat. SIAPE 2475893



- 8.2. A cessão será automaticamente extinta no caso de descumprimento, por parte do cessionário, de qualquer das cláusulas constantes do Termo de Cessão de uso, da Resolução Nº28/2014 do CONSUNI/UFPB, ou das normas do ordenamento jurídico vigente, federal, estadual ou municipal, especialmente aquelas de caráter ambiental, urbanístico, edilício, tributário e de posturas.
- 8.3. O cessionário poderá desistir da continuidade da cessão de uso, por meio de requerimento formal dirigido à Prefeitura Universitária, ficando obrigado a pagar qualquer parcela relativa ao uso com vencimento previsto para os 30 dias posteriores à data do protocolo do requerimento com tal finalidade;

9. NORMAS PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

- 9.1. Os cessionários das Lanchonetes deverão obedecer às orientações da Prefeitura Universitária (PU) a respeito da localização e especificação dos pontos de energia a serem instalados;
- 9.2. Os projetos de instalação dos equipamentos deverão ser submetidos à PU para aprovação.

10. NORMAS DE FUNCIONAMENTO

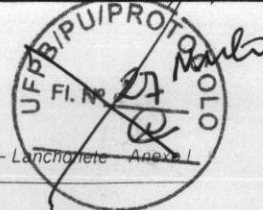
- 10.1. Deverão existir aparelhos de refrigeração e/ou resfriamento quando são armazenados e vendidos produtos alimentícios perecíveis ou alteráveis;
- 10.2. Todos os recipientes para coleta de resíduos, que deverão existir na área interna e externa da Lanchonete, em número razoável, deverão ser adequados, de fácil limpeza e providos de tampo, bem como ter acondicionados sacos de lixo apropriados, ou recipientes descartáveis;
- 10.3. Todas as pessoas que trabalham na Lanchonete deverão utilizar vestuário adequado à natureza do serviço; sendo expressamente vedado a todos os que trabalham na Lanchonete o uso de chinelos, sandálias, bermudas, camisas sem manga, entre outras proibições das normas sanitárias;
- 10.4. Todas as pessoas que manipulam os alimentos, do preparo ao serviço, deverão utilizar de toucas para o cabelo e luvas;
- 10.5. Deverá ser mantido rigoroso asseio, nas pessoas, nos utensílios, nas instalações e no local das Lanchonetes e Restaurantes;
- 10.6. Deverá estar de acordo com o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RDC Nº216/2004 e RDC 275/2002), da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância.
- 10.7. Deverá obter e manter válida licença sanitária junto à Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal, conforme necessário.
- 10.8. Deverá estar fixado, em local visível para os consumidores, em um quadro o endereço e o telefone do Centro de Saúde responsável pela fiscalização sanitária das Lanchonetes e Restaurantes, bem como o telefone e o endereço do PROCON, bem como os devidos alvarás e licenças de funcionamento (caso for necessário).
- 10.9. Qualquer substância alimentícia não poderá ser exposta à venda a não ser que esteja devidamente protegida contra poeira, insetos e outras formas de deterioração.

Francisco Pereira da S. Junior
Engº Civil-CREA 160057303-4
Mat. SIAPE 2475893

- 10.10. No acondicionamento ou embalagem não poderá haver contato direto de alimentos com jornais, papéis coloridos ou filmes plásticos usados ou qualquer invólucro que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes.
- 10.11. Os alimentos industrializados servidos só poderão ser aqueles registrados nos órgãos públicos competentes.
- 10.12. É vedado o fornecimento dos seguintes produtos nas Lanchonetes e Restaurantes:
- a) Todo e qualquer tipo de bebida alcoólica;
 - b) Todo e qualquer tipo de tabaco;
 - c) Todo e qualquer tipo de medicamento ou produto químico-farmacêutico.
- 10.13. É vedado o fornecimento aos alunos da educação básica, compreendido em Educação Básica Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, dos seguintes produtos nas Lanchonetes e Cantinas:
- a) Balas pirulitos e goma de mascar;
 - b) Refrigerantes e sucos artificiais;
 - c) Salgadinhos industrializados;
 - d) Salgado frito; e
 - e) Pipocas industrializadas.
- 10.14. Os estabelecimentos interessados no fornecimento de refeições deverão apresentar requisitos mínimos necessários para a realização da prestação de serviços, a saber:
- a) Apresentar instalações físicas adequadas de forma a possibilitar um fluxo ordenado e a facilitar as operações de manutenção, limpeza e desinfecção;
 - b) Os equipamentos deverão ser mantidos organizados e em adequado estado de conservação;
 - c) Os utensílios usados deverão ser apropriados para a finalidade;
 - d) Os trabalhadores responsáveis pela atividade de higienização dos alimentos, bem como pelo cozimento e serviço, deverão utilizar uniformes compatíveis à atividade (conservados e limpos), protetores de cabelo, luvas e ter práticas adequadas na manipulação dos alimentos;
 - e) Atender às normas de legislação vigente, conforme resolução da ANVISA;
 - f) Atenção permanente quanto à higiene pessoal;
 - g) Capacitação periódica em técnicas de manipulação higiênica dos alimentos;
 - h) Realizar ações eficazes e contínuas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, abrigo, acesso e ou proliferação dos mesmos;
 - i) Dispor o lixo adequadamente em sacos plásticos, em recipientes de fácil limpeza, providos com tampas acionadas por pedal.

11. HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

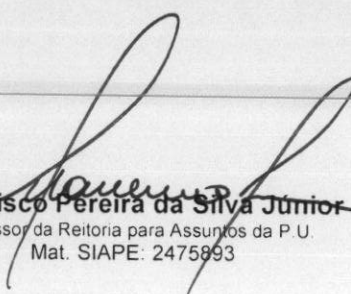
- 11.1. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto de acordo com os horários descritos no Termo de Cessão de Uso, podendo ser alterado com prévia autorização da Administração.
- 11.2. O cessionário será obrigado a manter o estabelecimento aberto sempre que houver atividade acadêmica, em horário comercial, durante todo o período letivo; no período de férias e aos



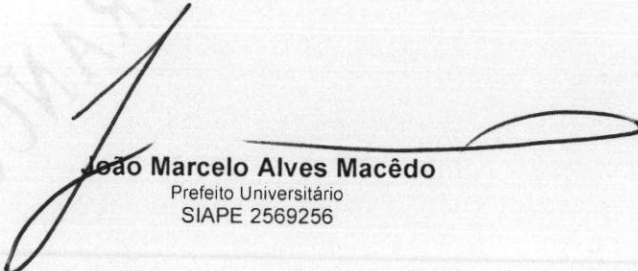
domingos e feriados a critério da Administração do Centro que estiver ocupando o espaço. Em outros períodos, o cessionário só poderá manter o estabelecimento aberto desde que autorizado formalmente pela administração do Centro, Reitoria ou Prefeitura Universitária.



João Pessoa, 9 de maio de 2017.


Francisco Pereira da Silva Junior
Assessor da Reitoria para Assuntos da P.U.
Mat. SIAPE: 2475693

De acordo, aprovo o presente termo de referência.


João Marcelo Alves Macêdo
Prefeito Universitário
SIAPE 2569256



25

16

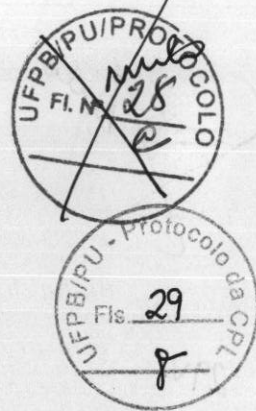
[Faint signature]

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº XXX/2017



ANEXO II

DECLARAÇÕES

As declarações abaixo deverão ser enviadas pelos fornecedores na forma virtual, ou seja, no momento da elaboração e envio da proposta, não havendo necessidade de remeter esses documentos por meio de fax e das originais pelo correio.

Declaro:

sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

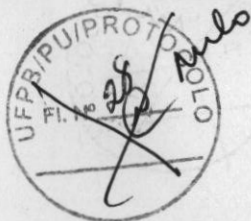
☐ SIM

☐ NÃO

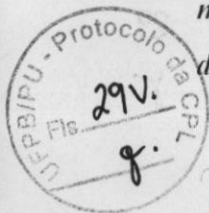
que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

☐ SIM

☐ NÃO



sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



☒ *SIM*

☐ *NÃO*

para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

☒ *SIM*

☐ *NÃO*

Obs.: Os itens, cujo campo de proposta estiver em branco, não serão cadastrados, podendo ser encaminhados posteriormente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº XXX/2017

ANEXO III

MODELO DA CARTA-PROPOSTA

A Firma, inscrita no CNPJ sob Nº, Insc. Est. Nº, com sede à (*endereço completo*) através de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador (a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, apresenta a sua proposta para o **PREGÃO ELETRÔNICO UFPB/CPL-PU Nº XXX/2017**, que tem por **objeto CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, onerosa, visando à instalação de LANCHONETES e REPROGRAFIAS**, na forma a seguir:

1. Licitação do tipo MAIOR PREÇO OFERTADO mensal por item:

Item	Tipo	Local	Área (m2)	Preço Total Mensal (R\$)

Em Algarismos: R\$

Por Extenso: (.....)

2. Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data fixada nesta licitação, para a apresentação das propostas.

3. Declaramos que serão de nossa responsabilidade todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da referida licitação. Responsabilizamos-nos integralmente pelos prejuízos e danos causados à Universidade Federal da Paraíba e/ou a terceiros, decorrentes do não atendimento de tais obrigações.



4. Declaramos que recebemos todos os documentos relativos ao Edital e seus anexos; e que tomamos conhecimento de todas as informações, dificuldades e demais condições para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da presente Licitação.



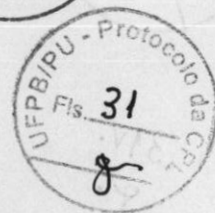
Declaramos que aceitamos a forma de pagamento estabelecida no presente Edital.

João Pessoa, de de 2017.

(Assinatura e carimbo do representante legal.)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO UFPB UFPB/PU/Nº 009/2017
TERMO DE CESSÃO DE USO – ANEXO IV



TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ESTABELECE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA EM FAVOR DA
EMPRESA (*Nome da Empresa Cessionária*), ATRAVÉS DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2017 PELO MAIOR PREÇO
OFERTADO, PROCESSO NUP 23074.018828/2017-11, DE
ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.
CONTRATO Nº ____/2017

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**, Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecida no Edifício da Reitoria, Campus I, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pela Magnífica Reitora, Prof.^a **MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ**, Brasileira, Casada, RG nº 394.812/SSP/PB, doravante denominada **CEDENTE** e a Empresa (*Nome da Empresa Cessionária*), com Registro no CNPJ Nº (*CNPJ da Empresa Cessionária*), estabelecida à (*Endereço da Empresa Cessionária*), doravante denominado **CESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Representante Legal, (*Nome e Identificação do/da Representante Legal*), no final assinadas, firmam o presente Termo de Cessão de Uso Remunerado de Bem Público, oriundo do **Processo nº 23074.018828/2017-11** de acordo com as cláusulas e condições seguintes que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

A **CEDENTE** dá em Cessão de Uso para que o Cessionário possa utilizar uma área de **XXXXXXXXXXXX** m², localizada no Centro (*Nome do Centro, Campus, etc.*), destinada a exploração comercial de (*Modalidade Permitida – Serviços de Reprografia, Lanchonete, Restaurante, etc.*), para atendimento do público usuário do referido Centro.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Obrigações

São obrigações da **CESSIONÁRIA**:

- I. Cumprir fielmente o objeto do presente Termo de Cessão de Uso, de modo que não haja reclamações dos usuários;
- II. Colocar na área externa do objeto da presente cessão mesas e cadeiras de boa qualidade;
- III. Realizar os serviços com qualidade satisfatória;
- IV. Exigir que todo o seu pessoal esteja devidamente uniformizado e identificado, dentro dos padrões do tipo de atividade que exercerem;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Prefeitura Universitária/PU
Comissão Permanente de Licitação/CPL

ANEXO IV – Termo de Cessão de Uso (MINUTA)



- V. Manter a limpeza do local, bem como coleta e reciclagem do lixo produzido;
- VI. Fornecer informações inerentes à atividade praticada quando solicitada;
- VII. Afastar imediatamente do serviço, qualquer dos seus empregados, cuja condição de saúde ou conduta se apresente insatisfatória;
- VIII. Além do pagamento da remuneração mensal pactuada, satisfazer o pagamento de todas as despesas decorrentes de pessoal, encargos sociais, bem como impostos e taxas que recaiam ou venham a recair sobre o objeto da presente Cessão de Uso, seja qual for o sistema, nas respectivas cobranças, ainda que lançadas em nome da CEDENTE;
- IX. Responsabilizar-se pelas multas e taxas que sejam lançadas em nome da CESSIONÁRIA, a que der causa pela retenção indevida dos avisos de lançamento, ou pela falta de pagamento de tais encargos, na época própria ou quando os mesmos forem exigidos pela CEDENTE;
- X. Responsabilizar-se pela licença e autorização junto às autoridades competentes, para instalação e funcionamento dos serviços, sem prejuízo ou alteração deste Termo de Cessão de Uso;
- XI. Responsabilizar-se por acidentes ocorridos aos funcionários que prestam serviços no local;
- XII. Reparar quaisquer danos na infra-estrutura;
- XIII. Fornecer todo o material de limpeza destinado à higienização da área;
- XIV. Servir alimentação de boa qualidade obedecendo aos princípios básicos de higiene e limpeza;
- XV. Manter em local visível, tabela de preços contendo a relação de todos os produtos postos à venda, em fiel obediência à legislação pertinente;
- XVI. Pagar todas as despesas com energia e água para a exploração da área, cujos valores, enquanto não forem colocados os equipamentos de aferição, serão arbitrados pela Prefeitura Universitária;
- XVII. Manter os serviços objeto do presente Termo sempre que houver atividade acadêmica, durante o período letivo.
- XVIII. Solicitar autorização prévia do Centro para manter os serviços objeto do presente Termo em atividade no período de férias, bem como nos domingos e feriados.

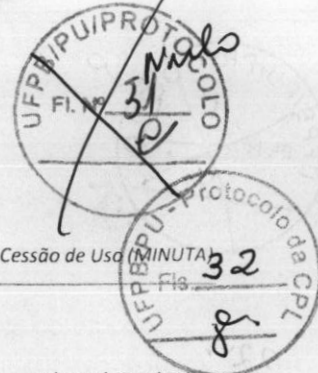
Parágrafo Primeiro

É de exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA, não se responsabilizando, em qualquer hipótese, a CEDENTE por:

- Furtos, roubos e incêndios ocorridos na área objeto da cessão;
- Prejuízos advindos de culpa ou dolo porventura provocados pelo pessoal administrativo, discente e docente da UFPB;
- Qualquer outro prejuízo, direto ou indireto causado por pessoas ou coisas não compreendidas nas duas alíneas acima.

Parágrafo Segundo

Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Cessão de Uso, serão de exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA, cujos empregados não terão nenhum vínculo empregatício com a Universidade Federal da Paraíba.



CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

O presente instrumento terá duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, tendo por termo inicial a data da sua assinatura, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei 8666/1993.

CLÁUSULA QUARTA – Da Revogação

A CEDENTE reserva-se o direito de revogar a qualquer tempo o presente Termo, por razões de interesse da Administração ou quando houver, por parte da CESSIONÁRIA, infringência a qualquer das Cláusulas deste, bastando que notifique à CESSIONÁRIA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para a desocupação da área ora cedida, sem qualquer indenização por parte da CEDENTE.

Parágrafo Único

Obriga-se a cessionária a devolver o bem cedido, após a revogação no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

O valor mensal da remuneração pelo uso da área ora cedida em CESSÃO DE USO será de R\$ XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX). *(Valor em Algarismos, Valor por extenso)*

Parágrafo Único

O presente Termo de Cessão de Uso será reajustado de acordo com o IGPM ou por outro índice que vier substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – Do Pagamento

O pagamento será efetuado na conta da UFPB, através de GRU previamente encaminhada ao CESSIONÁRIO até o dia 10 do mês subsequente. O não pagamento da GRU na data estipulada sujeitará a CESSIONÁRIA ao pagamento de juros de mercado, conforme índice da taxa SELIC, e multa de 2%.

Parágrafo Único

Em caso de desocupação a CESSIONÁRIA, deverá comprovar a quitação de todos os débitos existentes, referentes ao período da exploração da atividade comercial.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Suspensões de Fornecimento de Água e Energia

A inadimplência motivada, pelo não pagamento de quaisquer das taxas, tais como ENERGIA, CESSÃO DE USO, ÁGUA OU PARCELAS DE EVENTUAL ACORDO, entre outras, que recaiam sobre o objeto do presente Termo de Cessão de Uso, sujeitará a CESSIONÁRIA, além das penalidades aqui previstas, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, nos casos de inadimplência das taxas de energia,



acordo ou cessão, e suspensão do fornecimento de água, quando a inadimplência for causada pela falta do pagamento da taxa de água.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

As condições de funcionamento deverão atender as contidas no termo de referência do procedimento licitatório.

CLÁUSULA NONA – Do Foro

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de João Pessoa-PB, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Termo de Cessão de Uso.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente termo para que produzam os efeitos estabelecidos.

João Pessoa, ____ de ____ de 20 ____

PELA CEDENTE:

PELA CESSIONÁRIA:

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

(Empresa Cessionária)

TESTEMUNHA 1:

TESTEMUNHA 2

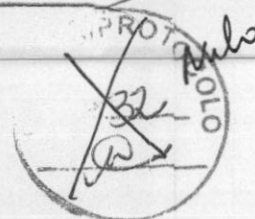
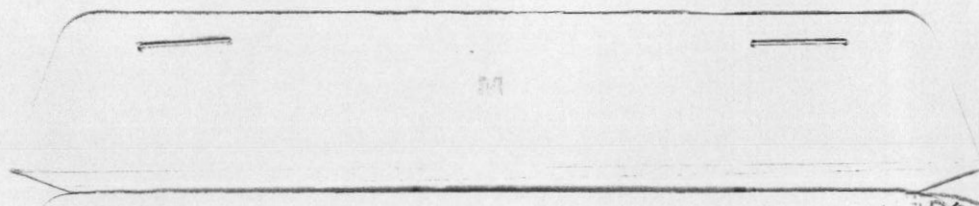
NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

EM BRANCO



ARQUIVOS EDITÁVEIS E USO DE ASSINATURAS
DOS PERMISSIONÁRIOS DO CAMPUS II - CCA

EM BRANCO



Serviço Público Federal

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



PROCESSO
23074.050018/2016-60
Cadastrado em 04/08/2016



Processo disponível para recebimento com código de barras/QR Code

Nome(s) do Interessado(s):
ALAN DE OLIVEIRA FEITOSA
ANTONIO DA SILVA SOBRINHO JUNIOR
VALERIA DE ANDRADE MAIA

E-mail:
alanof.ufpb@gmail.com
sobrinhojr@hotmail.com
valeria.andrade.maia@hotmail.com

Identificador:
1655431
1652159
1855672

Assunto do Processo:
003 - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Assunto Detalhado:
AVALIAÇÃO DOS ALUGUÉIS DOS ESPAÇOS DESTINADOS A PERMISSIONÁRIOS DO CAMPUS II - AREIA (3 PERMISSIONÁRIOS), CAMPUS III - BANANEIRAS (4 PERMISSIONÁRIOS), CAMPUS IV - MAMANGUAPE E RIO TINTO (4 PERMISSIONÁRIOS), CAMPUS MANGABEIRA (2 PERMISSIONÁRIOS) E CCJ SANTA RITA - 2 PERMISSIONÁRIOS.

Unidade de Origem:
PU - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO (11.00.39.05.01)

Criado Por:
ANTONIO DA SILVA SOBRINHO JUNIOR

Observação:

MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS

Data	Destino	Data	Destino
04/08/2016	PREFEITURA MUNICIPAL (11.00.39)		
10/08/16	DPD		

SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação - Copyright © 2005-2016 - UFPA - sistemas-a.bon.ufpb.br sistemas-a



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
DIVISÃO DE OBRAS

Processo: 23074.17314/2016-59

AO: GABINETE DO PREFEITO

JANDIR DE SANTANA

DOS: ENGENHEIROS

ALAN DE OLIVEIRA FEITOSA; ANTÔNIO DA SILVA SOBRINHO JÚNIOR;
VALÉRIA DE ANDRADE MAIA

Sr. Prefeito,

Como solicitado por Vossa Senhoria através da portaria 019/2016, encaminhamos os valores de avaliação dos aluguéis dos espaços destinados a permissionários do Campus II - Areia (3 permissionários), Campus III - Bananeiras (4 permissionários), Campus IV - Mamanguape e Rio Tinto (4 permissionários), Campus Mangabeira (2 permissionários) e CCJ Santa Rita - 2 Permissionários.

Inicialmente gostaríamos de ressaltar que mesmo sendo uma de nossas atribuições institucionais, não possuímos capacitação necessária para desenvolvê-las, sendo necessária a realização de um Curso de Avaliação de Imóveis promovido pelo IBAPE- Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias, e como não foi disponibilizado tal oportunidade, estamos por nossa própria conta buscando subsídios teóricos, técnicos que nos possibilitem desenvolver essas atribuições da maneira mais eficiente possível.

A seguir um breve relato de indicadores geográficos e econômicos que caracterizam os municípios estudados:

Areia é um município brasileiro do estado da Paraíba, localizado na microrregião do Brejo Paraibano. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2015 sua população era estimada em 23.110 habitantes. A área territorial é de 266.569 km². Tem como principal fonte de economia a fabricação de aguardente de cana, mel e rapadura, agricultura e pecuária.

CÓPIA



Atualmente o município está inserido no circuito Caminhos do Frio, importante evento turístico da Paraíba, consistindo em contemplar o clima frio da Serra da Borborema, localizada a uma altitude de 550m, com uma programação diversificada entre: música, teatro, gastronomia e trilhas ecológicas, incentivando dessa maneira o turismo e o desenvolvimento sustentável da região.

Bananeiras é um município brasileiro do estado da Paraíba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2013 sua população está estimada em 22.012 habitantes distribuídos em uma área territorial de 258 km². Localizada na Serra da Borborema, região do Brejo paraibano, a 141 km de João Pessoa, 150 km de Natal e a 70 km de Campina Grande, com altitude de 526 metros, Bananeiras possui clima mais ameno que a média do agreste paraibano. O município de Bananeiras possui uma grande taxa percentual da economia provinda das atividades agropecuárias. No entanto, a maior parte da produção do município provém do setor de serviços.

Atualmente o município está inserido no circuito Caminhos do Frio, importante evento turístico da Paraíba, consistindo em contemplar o clima frio da Serra da Borborema, localizada a uma altitude de 550m, com uma programação diversificada entre: música, teatro, gastronomia e trilhas ecológicas, incentivando dessa maneira o turismo e o desenvolvimento sustentável da região.

Mamanguape é um município do estado da Paraíba, no Brasil. É sede da Região Metropolitana do Vale do Mamanguape. Sua população em 2012 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 42 537 habitantes, distribuídos em 349 quilômetros quadrados de área.

É conhecida como a Capital do Vale por ser a maior e mais importante cidade da Região do Vale do Mamanguape, entre eles uma economia sólida, o que faz da cidade um dos maiores PIB do estado. Existe um vasto comércio de roupas, eletrodomésticos, calçados, alimentos, agências bancárias, usinas de açúcar, álcool e cachaça e também há um gasoduto que abastece dois postos de combustível da cidade e também vende para outras cidades. O rio Mamanguape banha o município, mas sofre com os estragos provocados pelas usinas e plantações de cana; o desmatamento das plantas riberinhas provoca a lenta morte do rio, o assoreamento é evidente à beira da BR-101, mas também o seu estado atual se deve a criação de barragens

em todo o seu trajeto. Porém, a duplicação da BR-101 trouxe inúmeros benefícios, proporcionando empregos diretamente e indiretamente, favorecendo também no aspecto físico da cidade, onde aparentava ser uma cidade abandonada.

Rio Tinto é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba. Sua população em 2012 foi estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 23 431 habitantes, distribuídos em 466 km² de área.

Estima-se que cerca de 70% da população viva direta ou indiretamente dos benefícios previdenciários e pensões dos que se aposentaram como funcionários da CTRT - Companhia de Tecidos de Rio Tinto. O 30 % restantes da população dependem economicamente de empresas divididas basicamente em três setores: comércio, serviços e indústria.

Santa Rita é um município brasileiro localizado na Região Metropolitana de João Pessoa, estado da Paraíba. Sua população em 2014 foi estimada pelo IBGE em 133 927 habitantes distribuídos em 726 km² de área.

O município detém a quarta maior economia municipal do Estado, a cidade possui base produtiva na agropecuária e na indústria. Na agropecuária, destaca-se a produção de abacaxi, cana-de-açúcar, mamão e mandioca. A bovinocultura também é expressiva nesse município. No setor secundário, destaca-se a indústria de transformação, mais especificamente os ramos de calçados, fabricação de velas, estofados, minerais não-metálicos (cerâmicas e tijolos), pré-moldados, bem como a indústria sucroalcooleira (açúcar, rapadura e álcool). Este município tem a maior incidência de fontes de água mineral do Estado e, por isso mesmo, possui várias indústrias nesse segmento. O valor do PIB de Santa Rita passou de R\$ 0,979 bilhão, em 2008, para R\$ 1,139 bilhões, em 2009, um incremento nominal de 16,3%, que fez com que sua participação no PIB estadual passasse de 3,8% para 4%.

O valor locatício de um mercado de imóveis é aquele, que deve satisfazer o proprietário, nesse caso a UFPB, e o máximo de inquilinos possível que se dispõem a pagar o aluguel para ocupar o imóvel agindo de forma livre, para um determinado uso. Para tanto para que o aluguel seja justo, deverá ser compatível com o livre mercado.



Os principais métodos de avaliação de aluguéis de imóveis são os seguintes:
Método comparativo e método da renda. O método comparativo que será utilizado aqui, pretende determinar o aluguel através de uma comparação direta com os aluguéis de outros imóveis colocados no livre mercado. Já o método da renda é calculado em função do valor de venda do imóvel e trata o aluguel como a expectativa de rendimento do capital aplicado, sendo diretamente proporcional ao valor do imóvel. Foi escolhido o método comparativo, visto que a sua aplicação é direta e prescinde de outras conjecturas, tais como o valor de venda do imóvel.

Para a avaliação dos aluguéis de permissionários destes municípios foi adotado o seguinte procedimento:

1- Foi feita a coleta de dados, imóveis com características e finalidades semelhantes na região adjacente a cada Campus. Essa coleta de dados foi extremamente laboriosa, pois foram necessárias no mínimo dois elementos de referência (com exceção da casa de hóspedes do Campus II) constando de informações como valor locatício do imóvel de referência, área do imóvel, fotos, dimensão da frente do imóvel. Além disso, mesmo a comissão estando devidamente identificada com crachás, muitos estabelecimentos não permitiram a nossa entrada e muito menos nos forneceram as informações necessárias.

2- Após essa etapa, foram feitos os cálculos para definição do valor de referência de cada espaço destinado aos permissionários e a elaboração do relatório. Como sugestão da Comissão, recomenda-se que nos meses de férias não seja cobrado o valor dos aluguéis, visto que não haverá faturamento dos permissionários. Os resultados obtidos serão mostrados no Anexo I.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

Adriano de Fátima
CREA 160088941-7
Mat. SIAPE 1655421-7

Adriano de Fátima
FICP CMI-CREA 160163919-R
Mat. SIAPE 1652159

Adriano de Fátima
Engenheiro Civil
Mat. 1855672

Adriano de Fátima

ANEXO I

AVALIAÇÃO DO VALOR LOCATÍCIO DOS IMÓVEIS DOS PERMISSIONÁRIOS

CAMPUS II - AREIA

a) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: XEROX

ÁREA = 55,33 m²

FRENTE = 8,30 m

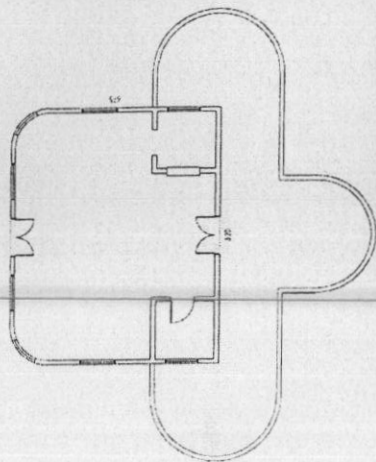


Figura 1- Croqui da planta baixa da Xerox do CCA- Campus II

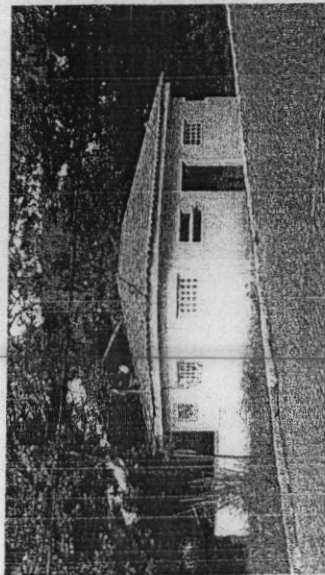


Figura 2- Prédio da Xerox do CCA- Campus II

CÓPIA



ELEMENTOS DE REFERÊNCIA PARA O CÁLCULO ESTIMATIVO DO ALUGUEL

01. JNK COPIADORA
PROPRIETÁRIO: FRANCISCO DOS SANTOS JÚNIOR
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 800,00
ÁREA: 101,14 m²
FRENTE: 5,20 m
FONE: (83) 98660-8194/(83) 99924-4214
ENDEREÇO: RUA PEDRO AMÉRICO, 58, CENTRO - CEP: 58397-000, AREIA/PB

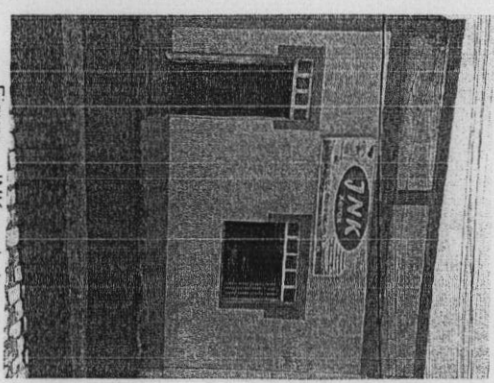


Figura - JNK copiadora

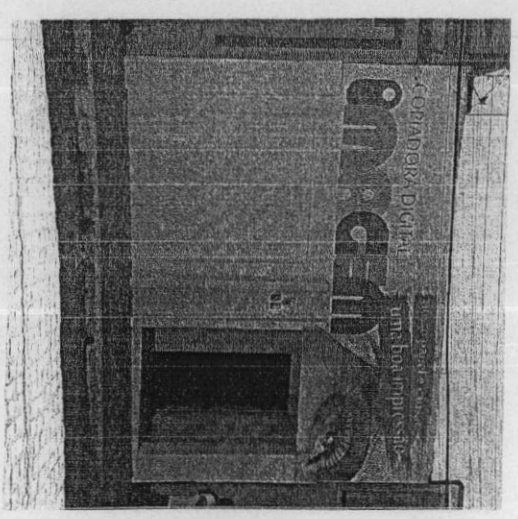


Figura - Copiadora imagem

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	800,00	101,14	7,91
2	1200,00	100,00	12,00
MÉDIA			9,95

O valor locatício base da xerox do Campus II, será:

$$Vf = 9,95 \times 55,33 = R\$ 550,53$$

CÓPIA

DA IMAGEM COPIADORA E GRÁFICA
PROPRIETÁRIO: PAULO HENRIQUE PEREIRA LIMA
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1.200,00
ÁREA: 100,00 m²
FRENTE: 6,98 m
FONE: 83 99833-7097/83 98837-1799
ENDEREÇO: RUA EPTÁCIO PESSOA, 39, AREIA/PB



b) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: LANCHONETE

ÁREA: 68,69 m²
FRENTE: 6,45 m

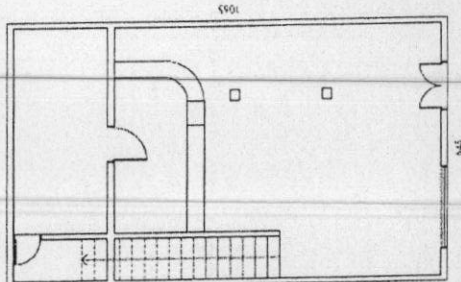


Figura – Croqui da planta baixa da Lanchonete do CCA- Campus II

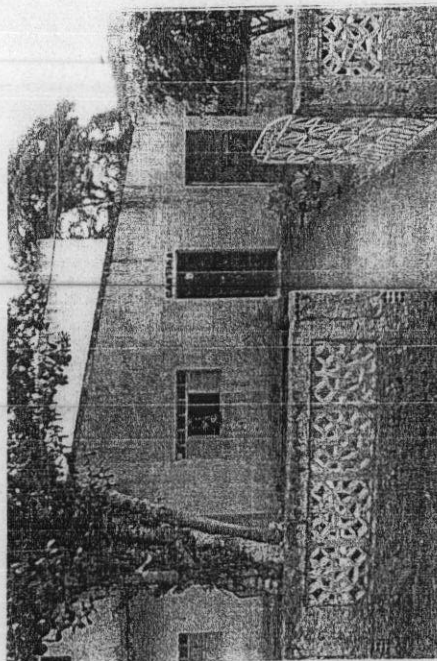


Figura 2- Prédio da Lanchonete do CCA- Campus II

P

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA PARA O CÁLCULO ESTIMATIVO DO ALUGUEL

01: SÓ LANCHE

PROPRIETÁRIO: ROBERTO JOSÉ DOS SANTOS

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 900,00

ÁREA: 47,90 m²

FRENTE: 7,15 m

ENDEREÇO: RUA SANTA RITA, 192, CENTRO, AREIA/PB



Figura - Lanchonete Só Lanche

02: MIMOS DE AREIA

PROPRIETÁRIO: RICARDO ALVES SOARES

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1.300,00

ÁREA: 41,47 m²

FRENTE: 5,8m

FONE: 83 98616-6830

ENDEREÇO: PRAÇA JOÃO PESSOA, 52, CENTRO, AREIA/PB



P

CÓPIA

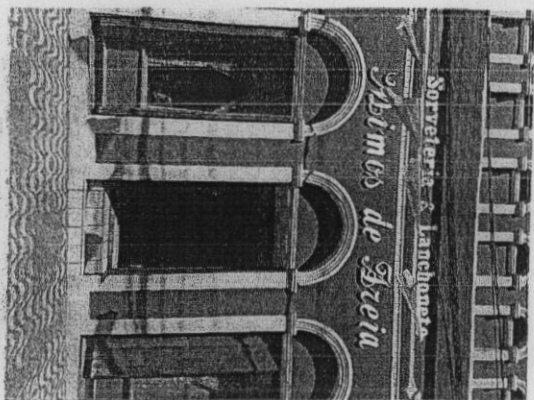


Figura - Lanchonete Mimos de Areia

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m ²	PREÇO/m ²
1	900,00	47,90	18,79
2	1300,00	41,47	31,35
MÉDIA			25,07

O valor locatício base da lanchonete, será:

$V_l = 25,07 \times 68,69 = R\$ 1747,83$

CÓPIA



C) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: HOSPEDAGEM
PERMISSIONÁRIO: CASA DE HÓSPEDES

ÁREA: 676,81 m²
FRENTE: 33,15 m

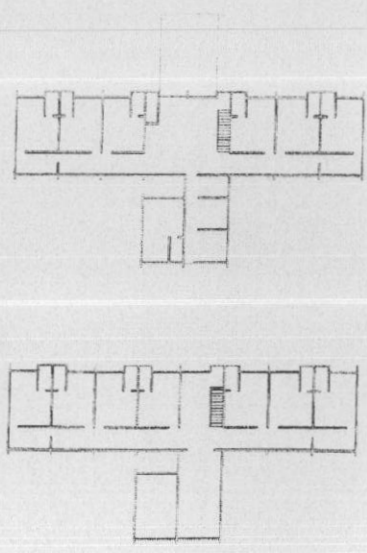


Figura 3- Croqui da planta baixa da casa de hóspedes do Campus II (pavimento inferior e superior)

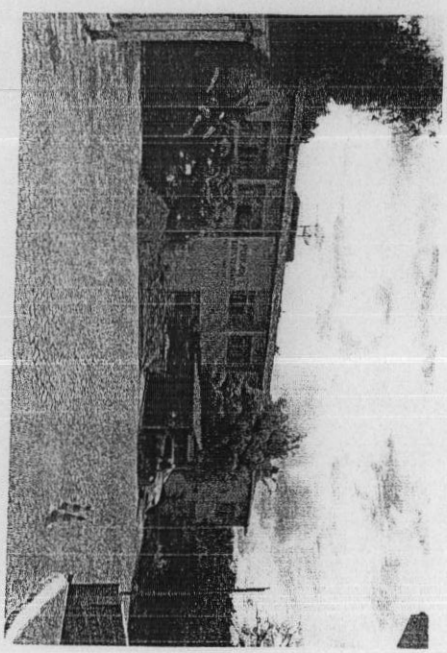


Figura 4. Casa de hóspedes do CCA- Campus II

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

No dia 29/06/2016 foi realizada pesquisa em todos os estabelecimentos comerciais como pousadas e hotéis da cidade de Areia, no entanto não foi possível estabelecer nenhum valor de referência, pois todos os imóveis visitados eram próprios, isto é, não pagavam aluguel. Como não se tinha parâmetros na região para fazer o comparativo, buscou-se em outras cidades paraibanas, pousadas/hotéis alugados. Na internet foi encontrada uma pousada para alugar em Lucena (<http://pb.lix.com.br/pousada-lucena-206631291?xtmc=pousada&xtmp=1&xtcr=9>) que tem as seguintes características: Área = 750 m², Município: Lucena; CEP do imóvel: 58315-000.

Com base no elemento de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	3000,00	750,00	4,00

O valor locatício base da casa de hóspedes, será:

$V_f = 676,81 \times 4,00 = R\$ 2707,24$

CAMPUS III – BANANEIRAS

a) TIPO DE PERMISSÃO: LANCHONETE

LANCHONETE 01

ÁREA = 22,10 m²
FRENTE=2,60 m

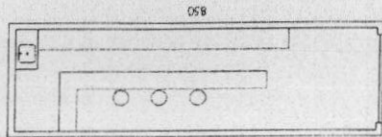


Figura – Croqui da lanchonete 1 do Campus III

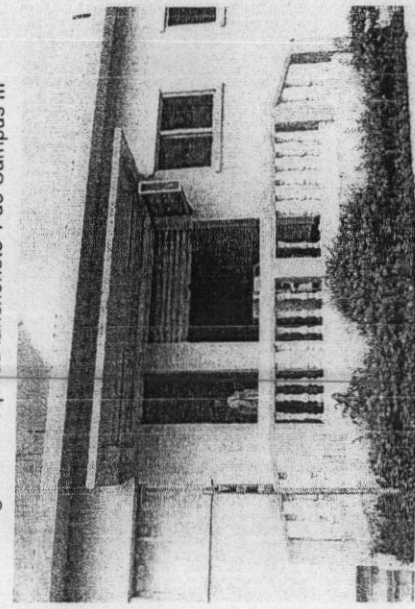
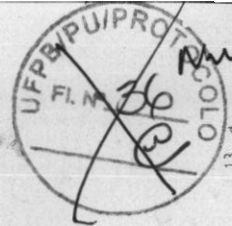


Figura – Lanchonete 1 do Campus III

CÓPIA



LANCHONETE 02

ÁREA = 27,27 m²
FRENTE 5,30 m

DIVISÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
FONE: 216-7267/216-7193

31

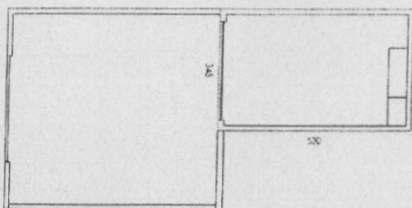


Figura - Croqui da Lanchonete 2 do Campus III

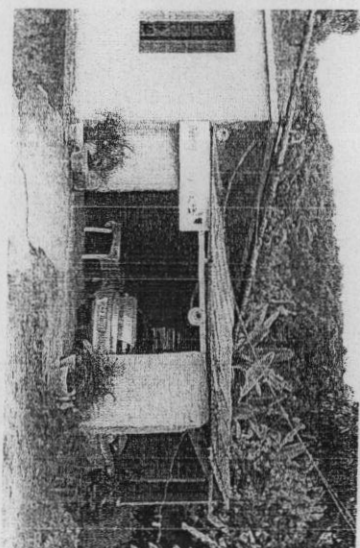
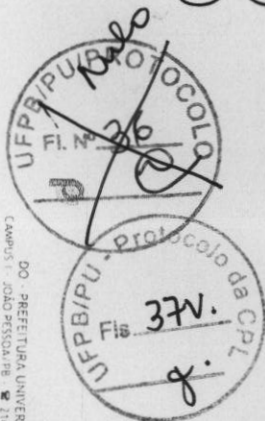


Figura - Lanchonete 2 do Campus III



DO PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS/PB
CAMPUS I - JARDIM PESSOA/PB - 216-7267/216-7193

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

01: SORVETERIA DA SERRA

PROPRIETÁRIO: EDNEI HARLISON AMORIM DA SILVA
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 500,00
ÁREA: 16,00 m²
FRENTE: 4,00m
FONE: (83) 99639-3576
ENDEREÇO: BENJAMIM CONSTANT, S/N, CENTRO, BANANEIRAS/PB



02: PONTO CHICK

PROPRIETÁRIO: ANGELA AMORIM
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 450,00
ÁREA: 25,08 m²
FRENTE: 5,7 m
FONE: (83) 99154-9433
ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, S/N, CENTRO, BANANEIRAS/PB

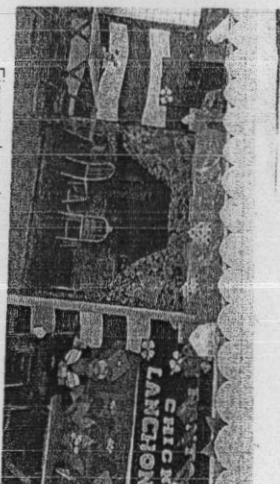


Figura - Lanchonete Ponto chick

P

DO PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS/PB
CAMPUS I - JARDIM PESSOA/PB - 216-7267/216-7193

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m ²	PREÇO/m ²
1	500,00	16,00	31,25
2	450,00	25,08	17,94
MÉDIA			24,60

O valor locatício base das lanchonetes do campus III, serão os seguintes:

Lanchonete 01

Vf = 24,60 x 22,10 = R\$ 543,66

Lanchonete 02

Vf = 24,60 x 27,27 = R\$ 670,84

b) TIPO DE PERMISSONÁRIO: ENTIDADE DE CLASSE/ ESCRITÓRIO

SEDE ADMINISTRATIVA ADUFPB

ÁREA= 95,88 m²
FRENTE= 9,40 m

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

01: ILDO FINANCIAMENTO

PROPRIETÁRIO: IRENILDO PEREIRA DOS SANTOS VAZ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 700,00

ÁREA: 17,5 m²

FRENTE: 3,5 m

FONE: 83 99627-0888

ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, S/N, CENTRO, BANANEIRAS/PB

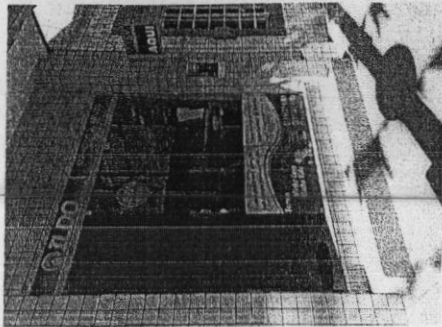


Figura - Ilido Financiamento

02: A13 TURISMO

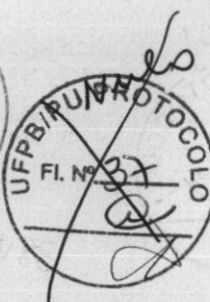
PROPRIETÁRIO: RÚBIA NAYALA LEITE
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 450,00

ÁREA: 13,6 m²

FRENTE: 4,25 m

FONE: (83) 3367-1177

ENDEREÇO: RUA FLORIANO PEIXOTO, 34, CENTRO, BANANEIRAS/PB



28
35

DIRETORIA DE ACESSO E TURISMO
Folha 149
36



Figura - A13 Turismo

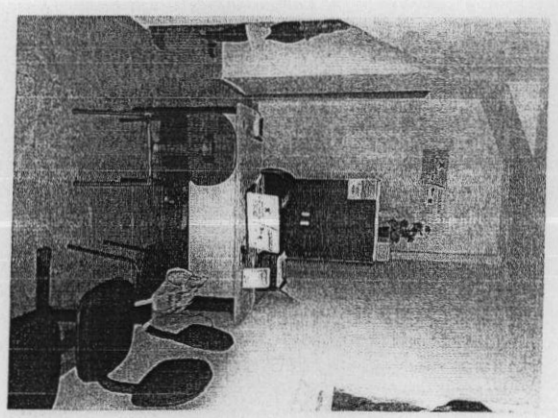


Figura - Iris Cred

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m2	PREÇO/m2
1	700,00	17,50	40,00
2	450,00	13,60	33,09
3	600,00	13,51	44,41
MÉDIA			39,17

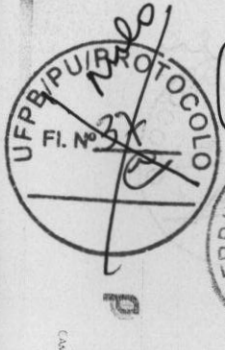
O valor locatício base da entidade de classe/escritório, será:

$$Vf = 39,17 \times 95,88 = R\$ 3755,29$$

03: IRIS CRED

PROPRIETÁRIO: RIZONEIDE DOS SANTOS LIMA
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 600,00
ÁREA: 13,51 m²
FRENTE: 1,93 m
FONE: (83) 99632-7161
ENDEREÇO: RUA QUERMITE COSTA, S/N - BOX 03, CENTRO, BANANEIRAS/PB

CÓPIA



DO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - 216 726/726-7193

DO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - 216 726/726-7193

19

C) TIPO DE PERMISSONÁRIO: XÉROX

LOCAL: BIBLIOTECA SETORIAL

ÁREA: 7,80 m²

FRENTE: 3,00 m

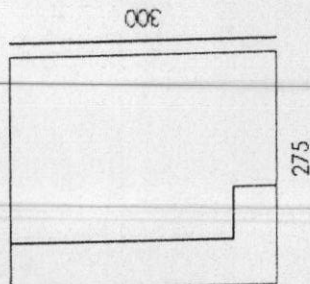


Figura – Croqui da xerox do Campus III

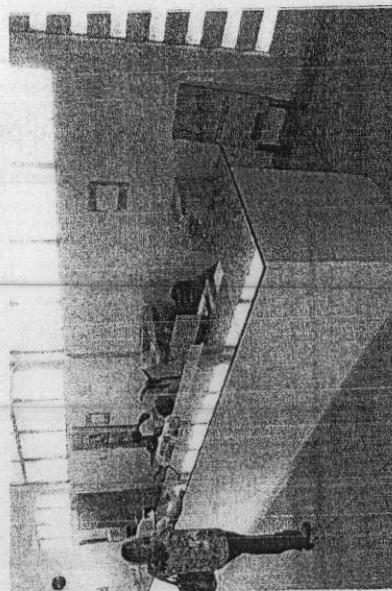


Figura- Xerox no campus III

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

No dia 29/06/2016 foi realizada pesquisa em todos os estabelecimentos comerciais como xerox, no entanto não foi possível estabelecer nenhum valor de referência pois todos os imóveis visitados eram próprios, isto é, não pagavam aluguel. Com base nisso, por estar situada na mesma microrregião, será considerado o mesmo valor por m² encontrado para xerox em Areia.

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	800,00	101,14	7,91
2	1200,00	100,00	12,00
MÉDIA			9,95

O valor locatício base da xerox do Campus III, será:

$$V_f = 9,95 \times 7,80 = R\$ 77,61$$

CTDR- MANGABEIRA

A) TIPO DE PERMISSONÁRIO: LANCHONETE
ÁREA: 23,00 m²

CÓPIA





100

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

- 1) TAPIOCABANA- UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1750,00

AREA: 101,46 m²

ENDEREÇO UNIFE- RUA DIOGENES CHIANCA, S/N, ÁGUA FRIA, JOÃO PESSOA/PB



Figura- Tapiocabana- Unipê

2) MINI PIZZAS - UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1500,00

~~AREA:~~ 46,80 m²

ENDEREÇO: UNIPÊ - RUA DIOGENES CHIANCA, S/N, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA PR



9.

CAMPUS UNIVERSITARIA
216 7267/216 7193



22



Figura- Mini Pizzas- Unipê

- 3) MINAÇAL-UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1200,00
ÁREA: 73,80 m²

AREA: 73,80 m²

ENDREÇO: UNIFE-RUA DIOGENES CHIANCA, S/N, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA/PB



Figura- Minaçai- Unipê



DO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - ☎ 216-7267/216-7193



22

4) CAFÉ GRÃO DE OURO-EVA- UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1600,00
ÁREA: 28,40 m²
ENDEREÇO: UNIPÊ- RUA DIOGENES CHIANCA, SIN, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA/PB

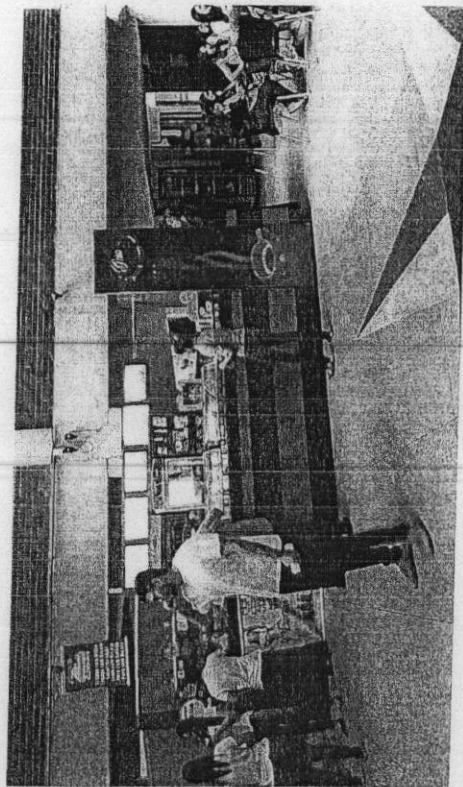


Figura- Café Grão de Ouro- Unipê

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m ²	PREÇO/m ²
1	1750,00	101,46	17,25
2	1500,00	46,80	32,05
3	1200,00	73,88	16,24
4	1600,00	28,40	56,34
MÉDIA			30,47

O valor locatício base da lanchonete do CTDR, será:

$$V_f = 23,00 \times 30,47 = R\$ 700,81$$

B) TIPO DE PERMISSONÁRIO: XÉROX

ÁREA: 23,00 m²

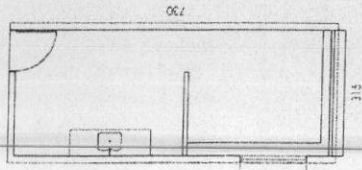


Figura – Croqui da xerox do CTDR

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

- 1) XEROX- BLOCO A- UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 872,10
ÁREA: 9,00 m²
ENDEREÇO: UNIPÊ- RUA DIOGENES CHIANCA, SIN, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA/PB

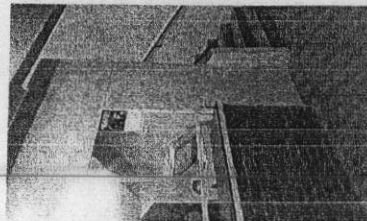
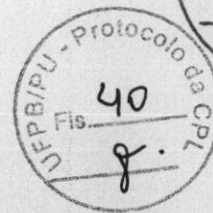


Figura- Xerox do bloco A- Unipê

CÓPIA



2) COPIAR- BLOCO DE MEDICINA- UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 800,00

ÁREA: 15,00 m²
ENDEREÇO: UNIPÊ- RUA DIOGENES CHIANCA, S/N, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA/PB



Figura- Xerox do bloco de Medicina- Unipê

3) XEROX BIBLIOTECA- UNIPÊ

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1020,00

ÁREA: 12,00 m²
ENDEREÇO: UNIPÊ- RUA DIOGENES CHIANCA, S/N, ÁGUA FRIA, JOÃO PES-
SOA/PB

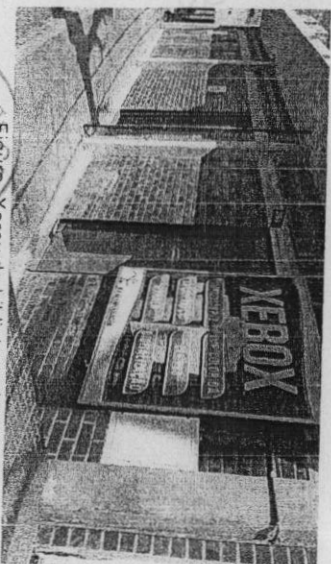


Figura- Xerox da biblioteca- Unipê

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	872,10	9,00	96,90
2	800,00	15,00	53,33
3	820,00	12,00	68,33
MÉDIA			72,86

O valor locatício base da Xerox do CTDR, será:

$$V_f = 23,00 \times 72,86 = R\$ 1675,78$$

RIO TINTO E MAMANGUAPE- CAMPUS IV

A) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: LANCHONETE

ÁREA: 101,66 m²

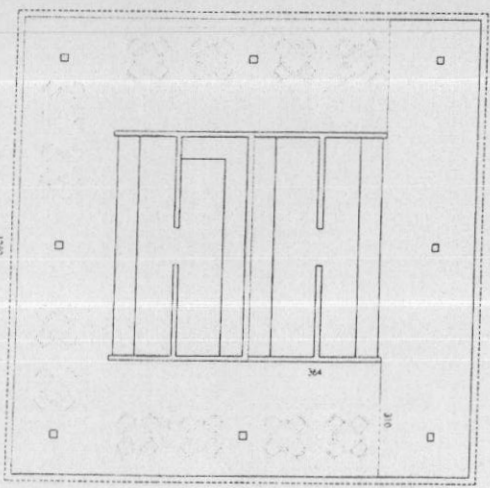


Figura - Croqui da lanchonete de Rio Tinto e Mamanguape

CÓPIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB
CAMPUS I- JOÃO PESSOA/PB - 216-7267/216-7193

DO PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB
CAMPUS I- JOÃO PESSOA/PB - 216-7267/216-7193

DIRETORIA DE LICITAÇÃO
Folha Nº 24
44

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

- 1) CREPERIA DE LIZIE
PROPRIETÁRIO: LIZIE SOUZA MENEZES
FONE: (83) 98644-2226
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 400,00
ÁREA: 56,16 m²
ENDEREÇO: Praça 25 de Outubro 7, Centro, Mamanguape-PB

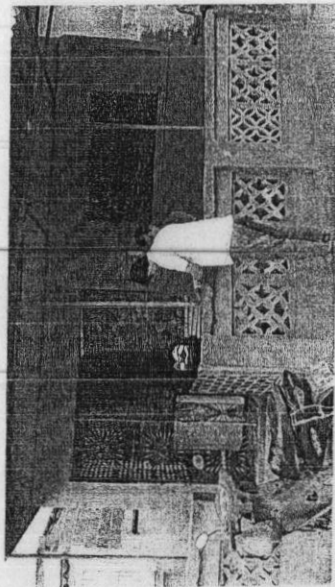


Figura- Creperia da Lizie

- 2) Cindy Lanches
PROPRIETÁRIO: CINDY SILVA DE FRANÇA
FONE: (83) 98644-2226
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1760,00
ÁREA: 116,61 m²
ENDEREÇO: Rua Presidente João Pessoa, 70, Centro, Mamanguape-PB

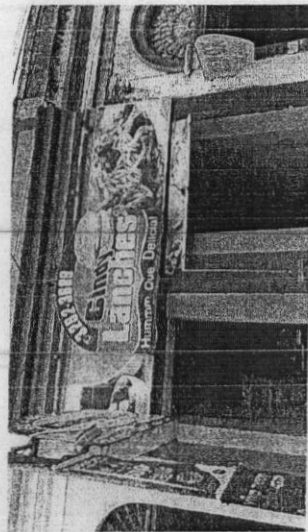


Figura- Cindy Lanches

- 3) Doce Feitiço
PROPRIETÁRIO: CINDY SILVA DE FRANÇA
FONE: (83) 3292-3689
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1760,00
ÁREA: 102,54 m²
ENDEREÇO: Praça 25 de Outubro, 12, Centro, Mamanguape-PB, Mamanguape-PB

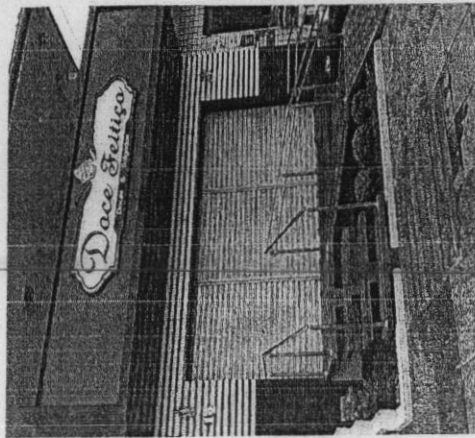


Figura- Doce Feitiço

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	400,00	56,16	7,12
2	1760,00	116,61	15,09
3	1760,00	102,54	17,16
MEDIA			13,13

O valor locatício base das lanchonetes do campus IV, serão os seguintes:

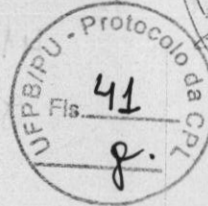
Lanchonete Rio Tinto

Vf = 101,66 x 13,13 = R\$ 1334,80

Lanchonete Mamanguape

Vf = 101,66 x 13,13 = R\$ 1334,80

CÓPIA



B) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: XEROX
ÁREA 23,91 m²

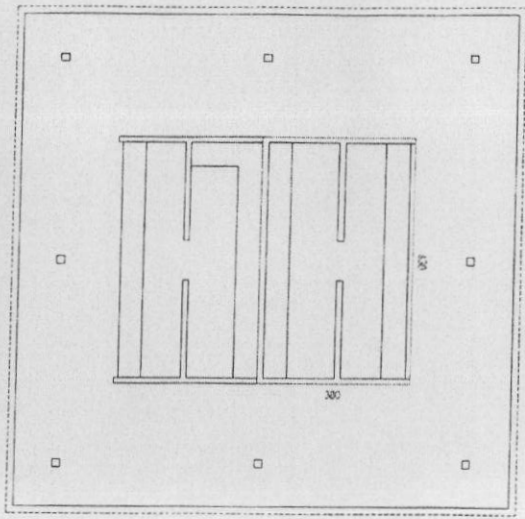


Figura – Croqui da Xerox de Rio Tinto e Mamanguape

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

CÓPIA
Estampa Arte Moderna
PROPRIETÁRIO RODRIGO BRNTO DE VASCONCELOS
FONE: (83) 98881-6955
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 350,00
ÁREA: 13,63 m²
ENDEREÇO: Dom Vital, s/n – Centro, Mamanguape-PB



Figura- Estamparia Arte Moderna

2) Antônio Artes e Fotos
PROPRIETÁRIO: ANTONIO GONÇALVES
FONE: (83) 98877-9628
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 280,00
ÁREA: 10,26 m²
ENDEREÇO: Travessa da Mangueira, s/n - Rio Tinto -PB

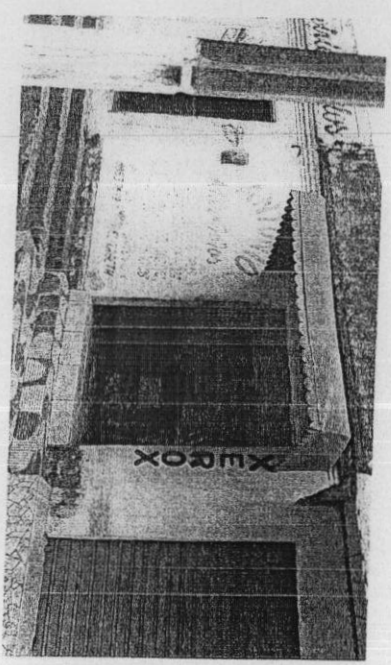


Figura- Antonio Artes e fotos

CÓPIA

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO
Folha Nº 32 50

32 49

3) Fecon
PROPRIETÁRIO: ABMAEL DA SILVA FELIX
FONE: (83) 98859-0768
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 350,00
ÁREA: 8,16 m²
ENDEREÇO: Rua Marcos Barbosa, 517 – Centro - Mamanguape -PB

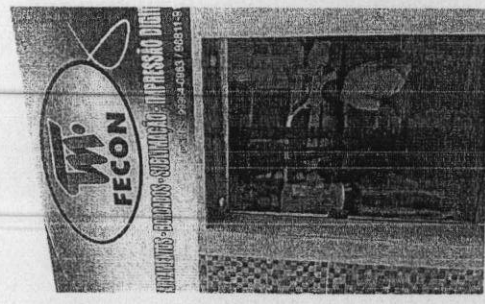


Figura- FECON

4) Mil Cores
PROPRIETÁRIO: SILIONE CINTIA CORREA
FONE: (83) 3292-4335
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1300,00
ÁREA: 108,46 m²
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, 163 – Centro - PB

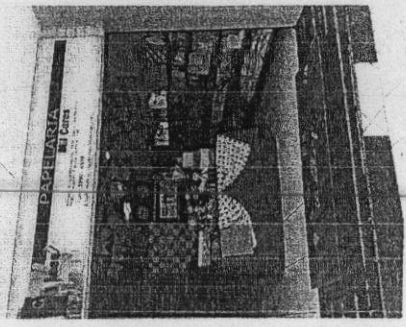


Figura- Mil Cores

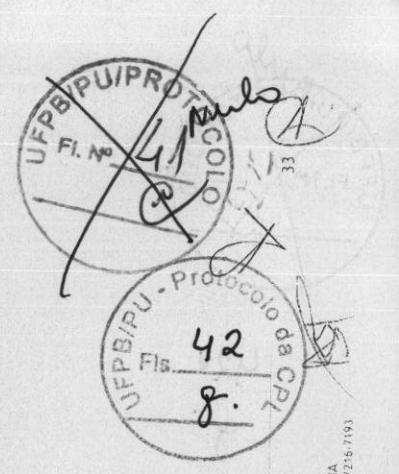
Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A)	PREÇO/m²
1	350,00	13,63	25,68
2	280,00	10,26	27,29
3	350,00	8,16	42,89
4	1300,00	108,46	11,99
MÉDIA			26,96

O valor locatício base das xeroxes do campus IV, serão os seguintes:

Xerox Rio Tinto
Vf = 23,91 x 26,96 = R\$ 644,61

Xerox Mamanguape
Vf = 23,91 x 26,96 = R\$ 644,61



SANTA RITA

A) TIPO DE PERMISSIONÁRIO: LANCHONETE

ÁREA: 43,58 m²

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

1) Mix Koxzinha

PROPRIETÁRIO: OZIVALDO DO NASCIMENTO

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 1000,00

ÁREA: 29,84 m²

ENDEREÇO: João Ribeiro Coutinho, 152, Centro, Santa Rita-PB



Figura- Mix Koxzinha

CÓPIA

2) Mix Koxzinha

PROPRIETÁRIO: OZIVALDO DO NASCIMENTO

VALOR LOCATÍCIO: R\$ 750,00

ÁREA: 66,16 m²

ENDEREÇO: Rua João Pessoa, s/n, Tibirí II, Santa Rita-PB



DO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - 216 768/716-7193



Figura- Mix Koxzinha

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m² é o seguinte:

Elemento	Valor	Área (A) m²	PREÇO/m²
1	1000,00	29,84	33,51
2	750,00	66,16	11,34
MÉDIA			22,42

O valor locatício base da lanchonete do campus de Santa Rita, será o seguinte:

Lanchonete Santa Rita

Vf = 43,58 x 22,42 = R\$ 977,06

DO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA/PB - 216 768/716-7193

CAMPUS SANTA RITA

A) TIPO DE PERMISSÃO: XEROX

ÁREA: 14,19 m²

ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

- 1) Casa Lins
PROPRIETÁRIO: EDVANILDO TEIXEIRA DE ARAÚJO
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 550,00
ÁREA: 15,51m²
ENDEREÇO: Rua João Pessoa, 440, Tíberi II, Santa Rita-PB

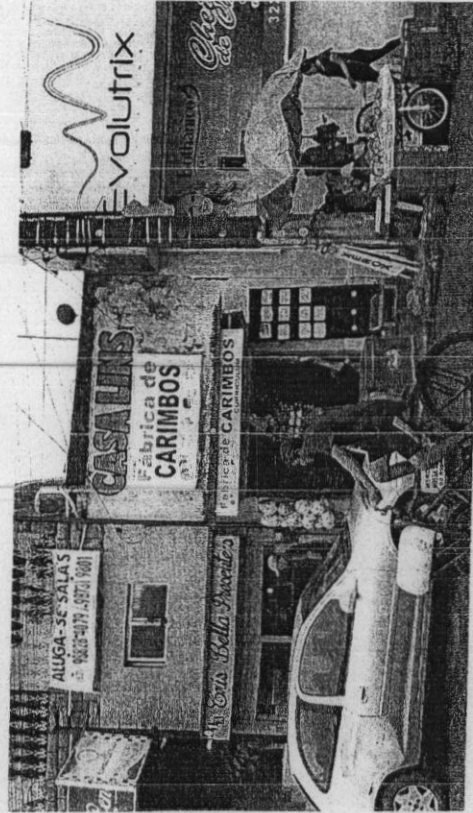


Figura- Casa Lins

- 2) Lucina Magazine
PROPRIETÁRIO: LUCINA PIRES DA COSTA
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 500,00
ÁREA: 18,00m²
ENDEREÇO: Praça Antenor Navarro, 30, Centro, Santa Rita-PB

CÓPIA



Figura- Lucina Magazine

- 3) Net House Services
PROPRIETÁRIO: JOANES PAULO FERREIRA DOS SANTOS
VALOR LOCATÍCIO: R\$ 600,00
ÁREA: 40,63m²
ENDEREÇO: Av. João Pessoa, s/n Tíberi II, Santa Rita-PB

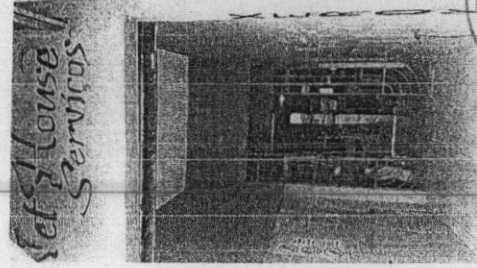


Figura- Net House



4) Fé Copiadora
 PROPRIETÁRIO: NILTON LINS DE VASCONCELOS
 VALOR LOCATÍCIO: R\$ 550,00
 ÁREA: 15,51m²
 ENDEREÇO: Av. João Pessoa, 440, Tívoli II, Santa Rita-PB

DIVISÃO
 FOMENTO
 55

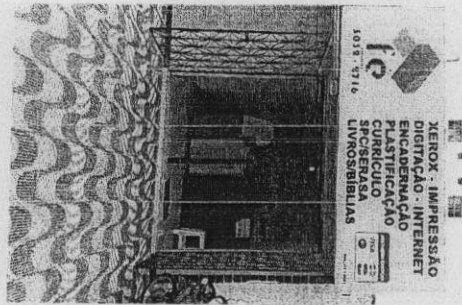


Figura- Fé Copiadora

Com base nos elementos de referência, o valor de locação por m2 é o seguinte:

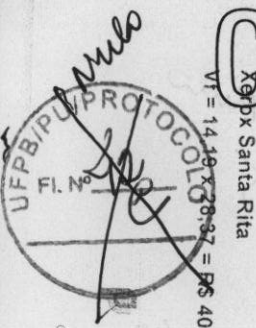
Elemento	Valor	Área (A) m2	PREÇO/m2
1	550,00	15,51	35,46
2	500,00	18,00	27,78
3	600,00	40,63	14,77
4	550,00	15,51	35,46
MÉDIA			28,37

Valor locatício base da xerox do campus de Santa Rita, será o seguinte:

CÓPIA

Xerox Santa Rita

VT = 14,19 x 38,87 = R\$ 402,57



CAMPUS - JOÃO PESSOA - PB - 510-780/715-7193

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
 Gabinete do Prefeito



56

PORTARIA/UFPA/PU Nº 019/2016

O PREFEITO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo Nº 23074.017314/2016-59,

RESOLVE,

Designar os seguintes: ANTONIO DA SILVA SOBRINHO JUNIOR, MATRÍCULA 1652159, VALÉRIA DE ANDRADE MAIA, MATRÍCULA 1955672, ALAN DE OLIVEIRA FEITOSA, MATRÍCULA 165531 para, conjuntamente, configurar a Comissão de Avaliação dos espaços destinados aos permissionários.

João Pessoa, 05 de abril de 2016.

Eng. Jandir de Santana
 Prefeito Universitário
 Matr. 332.469

GABINETE DO PREFEITO, PREFEITURA UNIVERSITÁRIA, SALA 202, CAMPUS - JOÃO PESSOA - PB - 510-780/715-7193

CÓPIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA - PU
GABINETE DO PREFEITO

10 57

PROCESSO Nº 23074.050018/2016-60
A: DIVISÃO DE PERMISSÃO DE USO
SRA. AMANDA COSTA

JOÃO PESSOA, 10 DE AGOSTO DE 2016

Prezada Senhora,

Encaminho o presente procedimento administrativo, para dar prosseguimento ao processo

licitatório.

Atenciosamente,

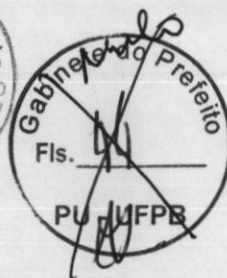
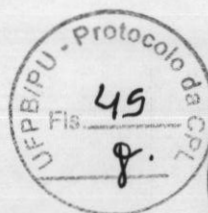
Edson de Oliveira S. Júnior
FIC nº 16.051.303-4
APE 2475893

JANDIR DE SANTANA
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº 332469

GABINETE DO PREFEITO - PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS I - JOÃO PESSOA, PB - 3216-7614



EM BRANCO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
GABINETE DO PREFEITO

Processo: 23074.018828/2017-11

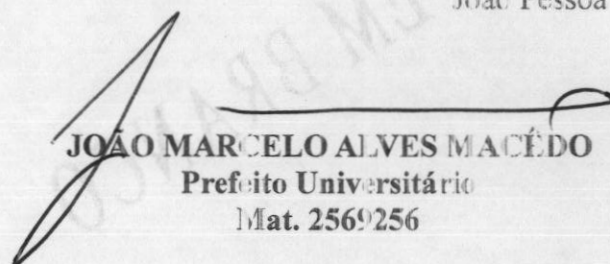
INTERESSADO: RICARDO ROMAO GUERRA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA PERMISSIONÁRIOS NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, CAMPUS II - UFPB

Ao Eng. Augusto C. T. de Oliveira
Coordenador da CPL-PU

Encaminho processo para inclusão de numeração do pregão e posterior envio à Procuradoria Jurídica para pronunciamento no que se refere às peças constantes do procedimento.

João Pessoa (PB), 11 de MAIO de 2017.

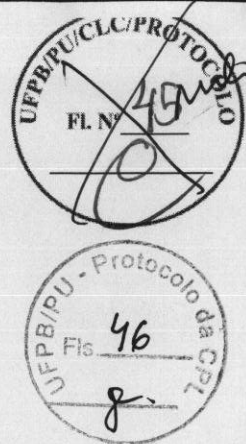


JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário
Mat. 2569256

EM BRANCO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



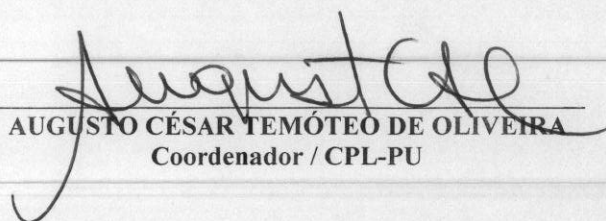
**DO: Coordenador da CPL-PU
AO: Prefeito Universitário
DATA: 16 de Maio de 2017.**

Sr. Prefeito,

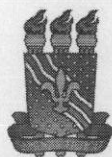
Solicito que seja encaminhada à Procuradoria Jurídica a minuta do **Pregão Eletrônico nº 019/2017**, que tem como objeto **a outorga a título precário de cessão de uso de espaço público, onerosa, visando à instalação de lanchonetes e reprografias, nas condições apresentadas no Termo de Referência, nas dependências do Campus II da UFPB – Centro de Ciências Agrárias – CCA** para exame e aprovação, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, bem como o art. 131 da Constituição Federal.

Por oportuno, lembramos a necessidade de aposição da assinatura dos responsáveis e suas respectivas peças editalícias.

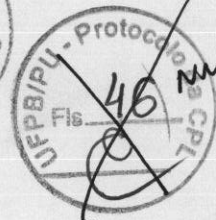
Atenciosamente,


AUGUSTO CÉSAR TEMÓTEO DE OLIVEIRA
Coordenador / CPL-PU

EM BRANCO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
GABINETE DO PREFEITO**



PROCESSO Nº 23074.018828/2017-11

DO: PREFEITO UNIVERSITÁRIO

PROF. JOÃO MARCELO ALVES MACEDO

À: PROCURADORIA JURÍDICA


DR. CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA

DATA: 16 DE MAIO DE 2017.

Senhor Procurador,

Encaminho o presente processo referente à **Minuta do Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 019/2017**, para que seja analisada e emitida Nota Técnica, de acordo com o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, bem como o art. 131 da Constituição Federal.

Atenciosamente,



JOÃO MARCELO ALVES MACEDO
Prefeito Universitário
Mat. SIAPE nº. 2569256

EM BRANCO

W. T. W. W.

PROCESSO CADASTRADO
NO SAPIENS



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA



DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

1. DADOS DO PROCESSO:

PROCESSO Nº: 23074.018828/2017-11

ASSUNTO:

AUTOR/RÉU:

2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

- ☒ Secretaria de Apoio Administrativo
() Secretaria de Apoio ao Contencioso Judicial

3. PRAZOS E OBSERVAÇÕES:

Prazo: 15 dias

Digitalizar e juntar no SAPIENS os documentos de fls. _____

Tramitação prioritária (art. 69-A da lei 9.784/99):

☒ NÃO

() SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Pedido de urgência:

☒ NÃO

() SIM – ESPECIFICAR MOTIVO:

Despacho do Chefe da PF-UFPB:

4. ESTAGIÁRIO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PRÉVIA DO PROCESSO:

- () Caio Eduardo de Miranda Cavalcanti
() Iago Moraes de Oliveira
() Ingrid Ribeiro

- () Leonardo Tavares
() Taciana Florentino de Lima
() Wegna Ianni Souza Henriques

5. PROCURADOR RESPONSÁVEL PELO PROCESSO:

- () Francisco das Chagas Gil Messias
() Flávio Pereira Gomes

- ☒ Rosana Nóbrega de Freitas Dias
() Carlos Octaviano de Medeiros Mangueira

João Pessoa, 18/05/2017.

CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA
PROCURADOR-CHEFE
PROCURADORIA FEDERAL - UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
2002

8/8

11-11-2002

12/11/02

Mr. Manoel

12/11/02
M. G. P.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO
BRANCO JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900



PARECER n. 00028/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU

NUP: 23074.018828/2017-11

INTERESSADOS: UFPB - PU - GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Senhor Procurador-Chefe da PF-UFPB,

Em síntese, trata-se de processo administrativo que tem por objeto a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico (SRP), do tipo maior oferta, cujo objeto é a outorga, a título precário, de cessão de uso de espaço público, onerosa, visando à instalação de Lanchonetes e Reprografias no âmbito do Centro de Ciências Agrárias - CCA/UFPB (Campus II), conforme descrição constante do Termo de Referência de fls. 19 a 27.

Os autos foram remetidos a esta Procuradoria, em observância ao disposto no art. 11 da Lei Complementar n.º 73/1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União) c/c o art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), segundo o qual **“As minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”**.

Portanto, a presente análise, considera, exclusivamente, os elementos constantes, até esta data, da minuta do Edital e do contrato (quando for o caso) integrantes do processo administrativo ora analisado. Por força do que preveem o art. 131 da vigente Carta Política e a legislação de regência, incumbe a este órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo se pronunciar sobre a conveniência e a oportunidade dos atos praticados no âmbito da entidade autárquica, tampouco analisar aspectos de natureza exclusivamente técnico-administrativa. A unidade acadêmica/administrativa responsável pela aquisição/contratação de que trata os presentes autos deve observar rigorosamente, no que couber, as disposições do Decreto 8.540, de 09/10/2015, que trata de redução de despesas no âmbito da Administração federal. **Quando o objeto da licitação for a aquisição/contratação de bens/serviços de informática, inclusive cartuchos e tonners, devem ser observadas, no que couber, as disposições da Lei 8.248/91 e dos Decretos 5.906/06 e 7.174/10, bem como da IN SLTI/MP 04, de 12/11/2010.**

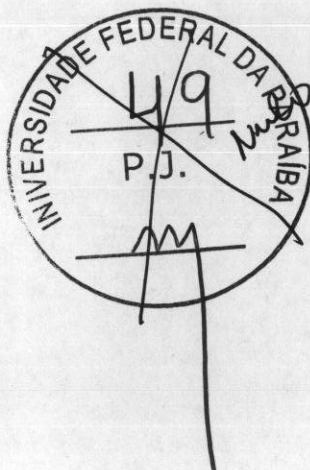
Passemos à análise da modalidade licitatória eleita pelo administrador, à luz do disposto na Lei n.º 10.520/2002, *in verbis*:



PH

8

Mr. Juan co



Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.

Versando, especificamente, sobre a modalidade eletrônica, que deve ser adotada preferencialmente para a realização do certame, preceitua o Decreto n.º 5.450/2005, nos termos de seu art. 4.º, *caput* e parágrafos:

Art. 4º. Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º. O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

§ 2º. Na hipótese de aquisições por dispensa de licitação, fundamentadas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as unidades gestoras integrantes do SISG deverão adotar, preferencialmente, o sistema de cotação eletrônica, conforme disposto na legislação vigente.

Em regra, o pregão eletrônico representa a modalidade de licitação a ser adotada quando a Administração pretenda adquirir bens e serviços comuns, sendo irrelevante para seu emprego o valor da contratação.

O bem/serviço a ser licitado, por sua vez, deve ser “comum” (art. 1.º, *caput* e parágrafo único, da Lei n.º 10.520/2002 c/c art. 2.º, parágrafo único, do Decreto n.º 5.450/2005), isto é, passível de definição objetiva – em termos de padrão qualidade e desempenho – a partir de especificações usualmente empregadas no mercado, as quais deverão constar expressamente do Edital.

Trata-se, evidentemente, do caso veiculado nos autos, consoante se verifica do Termo de Referência. A realização de pregão como modalidade licitatória é, pois, obrigatória, impondo-se a utilização de sua forma eletrônica.

No que respeita à adoção do Sistema de Registro de Preços, tem-se que as vantagens por ele propiciadas autorizam a interpretação de que sua instituição é obrigatória para todos os entes administrativos, não se tratando de mera escolha discricionária, consoante assevera Justen Filho (2012, p. 218), em seus *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*.

No entanto, para a adoção do referido sistema, necessário se faz que a Administração justifique expressamente a circunstância autorizadora do registro, com base nas hipóteses previstas no art. 3º do recém-editado Decreto n.º 7.892/2013, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666/1993, revogando os Decretos 3.931/2001 e 4.342/2002, *in verbis*:

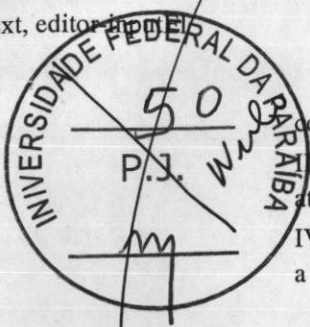
Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou



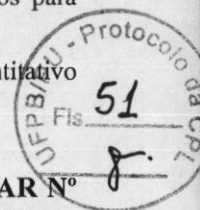
luis luan co



Contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa:

II - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.



DEVE-SE ATENTAR PARA O DISPOSTO NO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14/12/2006, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07/08/2014. SEGUNDO O QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVERÁ REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS ITENS DE CONTRATAÇÃO CUJO VALOR SEJA DE ATÉ R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), BEM COMO ESTABELECE, EM CERTAMES PARA AQUISIÇÃO DE BENS DE NATUREZA DIVISÍVEL, COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO PARA A CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO ART. 49 DA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, AS QUAIS DEVERÃO SER NECESSARIAMENTE JUSTIFICADAS NO PROCESSO.

Foi elaborado Termo de Referência contendo descrição detalhada do objeto pretendido, devendo ser aprovado pela autoridade competente.

Finalmente, cumpre proceder ao exame de conteúdo do Instrumento Editalício e anexos. Observa-se de início a ausência da minuta da Ata de Registro de Preços, omissão que deverá ser devidamente sanada pela unidade responsável pela licitação.

Devem estar presentes no Edital os requisitos previstos no art. 40 da Lei n.º 8.666/1993 c/c art. 4º, III, da Lei n.º 10.520/2002, quais sejam: a) número de ordem em série anual; b) nome do órgão promotor da licitação; c) modalidade e tipo de licitação; d) regime de execução do objeto da licitação; e) data e horários para recebimento de propostas e lances; e (f) menção ao regime da Lei n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93 e legislação correlata.

Além disso, devem estar devidamente previstas no Edital: a) as condições de participação no certame; b) as instruções e normas referentes a eventuais recursos (arts. 40, XV, e 109, da Lei n.º 8.666/1993, e art. 26, do Decreto n.º 5.450/2005); c) o prazo e as condições para a execução/recebimento do objeto da licitação, bem como as de fiscalização e aceite dos produtos (art. 40, XVI, da Lei n.º 8.666/1993); d) os critérios de aceitação e de julgamento das propostas e dos lances; e (e) as condições de habilitação, as obrigações das partes, as condições de pagamento e as sanções administrativas cabíveis (art. 40, XIV e III, da Lei n.º 8.666/1993).

É necessário que a minuta editalícia contemple os requisitos mínimos elencados no art. 9.º do novo Decreto n.º 7.892/2013, *in verbis*:

Art. 9.º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis n.º 8.666, de 1993, e n.º 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I – a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II – estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III – estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV – quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens:



en blanco



- V – condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;
- VI – prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no *caput* do art. 12;
- VII – órgãos e entidades participantes do registro de preço;
- VIII – modelos de planilhas de custo e *minutas de contratos*, quando cabível;
- IX – penalidades por descumprimento das condições;
- X – minuta da ata de registro de preços como anexo; e
- XI – realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantagem.



Com referência ao instrumento contratual, assim estabelece a Lei n.º 8.666/1993, a teor de seu art. 62, *caput* e parágrafo 1º, *verbis*:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e *facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

§ 1º. *A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.*

[*omissis*]

§ 4º. *É dispensável o “termo de contrato” e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive a assistência técnica.*

Nesse sentido, a Administração deixou clara sua opção pela não substituição do termo de contrato, conforme o teor do Edital e seus anexos, retro. Por não se tratar o objeto do contrato de aquisição/contratação de serviços continuados, não pode haver a prorrogação da vigência do mesmo por até sessenta meses, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

A dispensa do termo de contrato, quando for o caso, justifica-se principalmente quando existir contratação direta.

Considera o Tribunal de Contas da União que o objetivo do permissivo legal acima transcrito é tão somente “[...] desburocratizar o procedimento de compras **naquelas hipóteses em que esteja evidenciado que o contrato será de pouca serventia para a Administração Pública [...]**” (Acórdão n.º 367/2003, Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães Rocha, item 3, *in fine*).

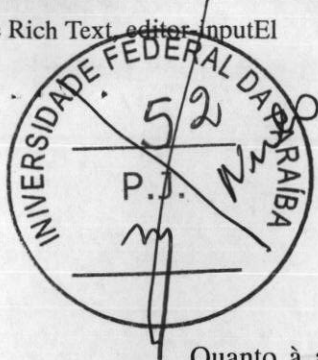
Com relação às demais peças que devem instruir o Edital, dele fazendo parte integrante, eis que o art. 40, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 elenca: a) o projeto básico e/ou executivo; b) **o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários**; c) a minuta da ata de registro de preços; e d) as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

O Termo de Referência deve atender os itens apontados no art. 9º, § 2º, do Decreto n.º 5.450/2005, textualmente:

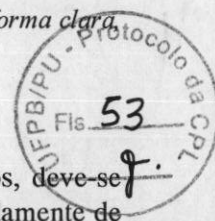
§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo



em branco



com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, *critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.*



Quando à adesão de outros órgãos e entidades públicas à Ata de Registro de Preços, deve-se observar rigorosamente as disposições do Decreto n.º 7.892, que data de 23 de janeiro de 2013, notadamente de seu artigo 22, §§ 3º e 4º. **Deve-se verificar a regularidade jurídico-fiscal-trabalhista da empresa com a qual se fará a aquisição, bem como a existência de dotação orçamentária para fazer frente à despesa.**


A responsabilidade pela adequação do Edital e anexos às recomendações feitas nesta manifestação jurídica pertence à unidade administrativa que está a promover o procedimento licitatório ora analisado. Em consequência, as recomendações que já estiverem atendidas nos presentes autos devem ser desconsideradas, posto que redundantes; ao passo que aquelas que eventualmente não o estiverem, devem ser estritamente observadas. TENDO EM VISTA A EDIÇÃO DO DECRETO Nº 8.250/2014, QUE INTRODUZIU MODIFICAÇÕES NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, RECOMENDO QUE O SETOR COMPETENTE PELA ELABORAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS FAÇA A DEVIDA ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO EDITALÍCIO ÀS NOVAS NORMAS DO REFERIDO DECRETO, NO QUE COUBER.

EM CONCLUSÃO, opino pela viabilidade do procedimento licitatório que se pretende realizar, bem como das minutas do edital e seus anexos, desde que respeitadas as observações, recomendações e ressalvas feitas acima, SOB PENA DE NULIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Por oportuno, CHAMO A ATENÇÃO da unidade responsável pela aquisição objeto da presente licitação, para a necessidade de observar, como procedimento prévio, as disposições da Instrução Normativa Nº 5, de 25 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Finalmente, objetivando a uniformidade dos modelos de editais, atas de registro de preços, termos de referência e contratos no âmbito da UFPB, recomendo que sejam adotados os modelos elaborados pela Advocacia-Geral da União, bem como o modelo de lista de verificação dos documentos dos processos de licitações, disponíveis no endereço eletrônico: http://www.agu.gov.br/sistemas/site/TemplateRexto.aspx?idConteudo=244392&ordenação=3&id_site=12542.

À consideração superior.

João Pessoa, 19 de maio de 2017.


ROSANA NÓBREGA DE FREITAS DIAS
PROCURADORA FEDERAL

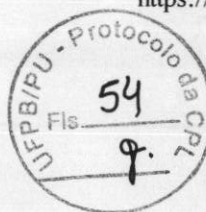
Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074018828201711 e da chave de acesso b289f32e



83

7

im luan co



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA E ACESSORAMENTO JURÍDICO
PRÉDIO DA REITORIA, 2º ANDAR, CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS I, BAIRRO CASTELO BRANCO
JOÃO PESSOA-PB. CEP: 58059-900

DESPACHO n. 00308/2017/DEPJUR/PFUFPPB/PGF/AGU

NUP: 23074.018828/2017-11

INTERESSADOS: UFPB - PU - GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Fundado na competência decorrente dos artigos 7º e 8º da PORTARIA/AGU/Nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, aprovo o Parecer n.º 28/2017/PF-UFPB/PGF/AGU.

Com os cumprimentos de estilo, devolvam-se os autos à origem.

João Pessoa, 23 de maio de 2017.

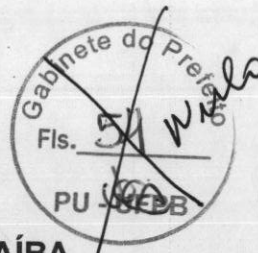
CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA
PROCURADOR FEDERAL
PROCURADOR-CHEFE DA PF/UFPB

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23074018828201711 e da chave de acesso b289f32e

Documento assinado eletronicamente por CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 45785032 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CARLOS OCTAVIANO DE MEDEIROS MANGUEIRA. Data e Hora: 23-05-2017 11:47. Número de Série: 1362945317460090364. Emissor: AC CAIXA PF v2.



un loan co



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
GABINETE DO PREFEITO

Processo: 23074.018828/2017-11

INTERESSADO: RICARDO ROMAO GUERRA

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PARA PERMISSIONÁRIOS NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, CAMPUS II - UFPB

Ao Eng. Augusto C. T. de Oliveira
Coordenador da CPL-PU

Encaminho processo para continuidade do processo licitatório conforme parecer da procuradoria.

João Pessoa (PB), 23 de MAIO de 2017.

JOÃO MARCELO ALVES MACÊDO
Prefeito Universitário
Mat. 2569256

~~aluno~~

22
8

EM BRANCO